

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

DEBORAH CRISTINA CORRÊA

**O DEBATE AMBIENTAL NO SERVIÇO SOCIAL:
construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas?**

Juiz de Fora

2010

Deborah Cristina Corrêa

**O DEBATE AMBIENTAL NO SERVIÇO SOCIAL:
construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, área de concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Novais

Juiz de Fora

2010

Corrêa, Deborah Cristina.

O debate ambiental no serviço social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas? / Deborah Cristina Corrêa. – 2010.
100 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

1. Serviço social. 2. Meio ambiente. I. Título.

CDU 36

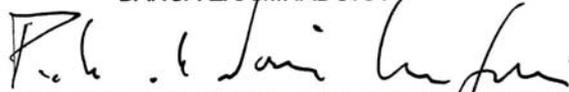
Deborah Cristina Corrêa

**O debate ambiental no Serviço Social: construindo novos caminhos ou reatualizando
velhos paradigmas**

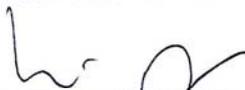
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 19 de agosto de 2010.

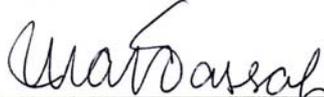
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Pedro de Novais Lima Junior (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Henri Acselrad
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Profa. Dra. Maria Aparecida Tardin Cassab
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho àqueles que, apesar de não estarem mais aqui, sempre acreditaram em mim. Esta vitória é dedicada a vocês meus amados avós, *Maria* e *Paulo*! Saudades eternas... vazio que não se preenche... ensinamentos que não se esquecem. Obrigado pelo que sou!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma das primeiras lições que aprendemos com nossos pais, mas é também algo que corriqueiramente nos esquecemos de praticar. A colaboração de qualquer tamanho ou forma para a concretização deste sonho não poderia deixar de ser reconhecida, já que todas as pessoas aqui mencionadas contribuíram, seja com o carinho, o conhecimento ou com a simples paciência para que hoje mais esta vitória fosse alcançada.

A *Deus*, em primeiro lugar, pelo dom da vida, pelos ensinamentos diários, pelas pessoas que colocou em meu caminho, por tudo o que me proporciona e pela oportunidade de realizar meus sonhos, dando-me forças nos momentos mais difíceis. Obrigado Senhor!

Aos meus pais, *Márcia e Olímpia*, por terem feito a melhor escolha para minha vida!

À *Raquel e Valéria* por serem meus exemplos, ajudarem a me criar e cuidar de mim!

Ao *Edson* pela paciência e compreensão nas horas de estudo.

Ao *Davi* por estudar junto comigo, ainda em meu ventre.

Ao *Pitico* por suas palavras amigas de força e incentivo nos intermináveis momentos de “crise” e dúvidas.

Ao meu orientador, *Professor Doutor Pedro Novais Lima Junior*, por seus ensinamentos, paciência e incentivo para a construção deste trabalho. Por me ajudar a transformar uma idéia solta em algo concreto e passível de apropriação intelectual. Por me incentivar a não ter medo e seguir minha escolha original todas as vezes que me sentia insegura e perdida!

À *Cida Cassab*, por sua contribuição para concretização desta pesquisa, por seus ensinamentos sempre dosados com humor e inteligência!

À *Mônica Grossi* pela presteza, incentivo e amizade.

À *Rosângela Batistone* pela disponibilidade com que me auxiliou e por seus preciosos ensinamentos.

Aos *colegas de turma* que dividiram os momentos dessa caminhada rumo ao conhecimento.

“Não sei se a vida é longa ou curta para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”

(Cora Coralina)

RESUMO

A temática ambiental configura-se em uma arena de conflitos e também de consensos. Um campo repleto de heterogeneidades cuja diversidade de concepções e interesses que comporta o torna um desafiante e instigante campo de conhecimento e de atuação profissional. Com a emergência dessa temática no cenário mundial, cujas agências internacionais em muito contribuíram para sua disseminação, há um crescente aumento de interesse pelo tema, que suscita variadas discussões dentre as quais se destaca o debate sobre a sustentabilidade ambiental cuja proposta seria capaz de unir crescimento econômico, preservação ambiental e desenvolvimento social. Entretanto, tal proposta mostra-se inconsistente e incoerente face ao modelo de desenvolvimento instituído e engendrado pela sociedade capitalista, em que as formas de exploração e dominação predatória impõem à natureza e ao homem uma relação de desigualdade tanto ambiental quanto social. Intimamente relacionada, condicionada e determinada pelas relações de produção e reprodução próprias do sistema econômico e social capitalista, a questão ambiental possui nexos estreitos com a questão social, configurando-se até mesmo como uma refração desta. Como profissional que atua nas manifestações da Questão Social, o Assistente Social vem absorvendo conhecimentos sobre a temática ambiental correlacionados com sua área de conhecimento e de atuação, e ambos, sua intervenção e seu entendimento sobre esta problemática se tornarão tanto mais qualificados quanto o forem as discussões estabelecidas sobre o tema. A presente pesquisa buscou conhecer como a discussão sobre a questão ambiental se inseriu no campo de interesse do serviço social, identificando os principais eixos temáticos, as instituições onde este debate se mostrou mais presente e as influências teóricas absorvidas. Pretende-se com este estudo proporcionar uma reflexão sobre os caminhos que vem sendo percorridos e traçados no seio da profissão sobre tal questão.

Palavras-chave: Questão Ambiental. Questão Social. Serviço Social.

ABSTRACT

The environmental theme is configured in an arena of conflict and consensus as well. An area full of heterogeneities whose diversity of ideas and interests makes it a challenging and exciting field of knowledge and professional performance. With the emergency of this theme in the global scenario, that international agencies greatly contributed to its spread, there is an increasing interest in the subject, which raises various discussions among which stands the debate on environmental sustainability which proposal would be able to combine growth economic, environmental preservation and social development. However, this proposal appears to be inconsistent and incoherent with the development model established and engendered by the capitalist society, in which the forms of exploitation and predatory domination imposed to the nature and to the men a relation of inequality both social and environmental. Closely related, conditioned and determined by the relations of production and reproduction proper by the characteristic of capitalist economic and social system, the environmental theme has close links with social issues, becoming even as a refraction of this. As a professional who works in the manifestations of Social Issues, the Social Worker is absorbing knowledge on environmental issues related to their field of knowledge and action, and both his remarks and his understanding on this problematic will become even more skilled as they are the established discussions on the subject. This research aimed to know how the discussion on the environmental issue was inserted in the field of interest of social services, identifying key themes, the institutions where this debate was more present and theoretical influences absorbed. The aim of this study was to provide a reflection on the ways that has been traversed and paths within the profession about this issue.

Keywords: Environmental Issues, Social Issues, Social Service.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
ECO/92	- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano
CBAS	- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	- Conselho Regional de Serviço Social
EA	- Educação Ambiental
ENPESS	- Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ENESSO	- Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social
MEC	- Ministério da Educação
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PIEA	- Programa Internacional de Educação Ambiental
PRONEA	- Programa Nacional de Educação Ambiental
UNESCO	- <i>United Nations Educational Scientific and Cultural Organization</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	15
2.1 A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO.....	15
2.1.1 A Questão Ambiental e o Modo Capitalista de Produção.....	16
2.1.2 O Discurso do Desenvolvimento: uma Retórica da Perpetuação do Crescimento Econômico da Sociedade Capitalista.....	21
2.2 A EMERGÊNCIA DO DEBATE AMBIENTAL.....	26
2.2.1 Condicionantes Históricas, Econômicas e Sociais da Emergência do Debate Ambiental na Sociedade Capitalista Contemporânea.....	27
2.2.2 A Emergência do Debate Ambiental no Cenário Brasileiro.....	29
2.2.3 A Insustentável Discussão sobre Sustentabilidade.....	30
2.3 QUESTÃO AMBIENTAL, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, ENTENDENDO SEUS NEXOS.....	33
2.3.1 A Questão Social em sua Origem.....	34
2.3.2 A Questão Social na Atualidade.....	36
2.3.3 Interfaces entre a Questão Ambiental, a Questão Social e o Serviço Social	37
2.3.4 Questão Ambiental, Tema de Serviço Social?.....	42
3 OBJETIVOS.....	49
4 MATERIAIS E MÉTODOS.....	50
4.1 MÉTODO.....	50
4.2 COLETA DE DADOS.....	52
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	55
5.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	55
5.1.1 Campos Temáticos do Debate Ambiental no Serviço Social.....	57
5.1.1.1 Educação Ambiental.....	58
5.1.1.2 Trabalho e Meio Ambiente.....	61
5.1.1.3 Questão Urbana e Meio Ambiente.....	64
5.1.1.4 Questão Ambiental e Serviço Social.....	68
5.1.1.5 Pobreza e Meio Ambiente.....	70
5.1.1.6 Questão Ambiental, Questão Agrária e Movimentos Sociais.....	72
5.1.1.7 Meio Ambiente e Relações Internacionais.....	76
5.2 O DEBATE SOBRE SUSTENTABILIDADE NO SERVIÇO SOCIAL.....	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	87

1 INTRODUÇÃO

O tema ambiental constitui um campo que comporta múltiplas interpretações. Um universo que congrega valores, concepções e interesses diversos e frequentemente contraditórios, revestidos de um objetivo supostamente comum e universal: salvar o meio ambiente e a vida no planeta (LOUREIRO, 2002).

A diversidade de idéias permitiu que se desenvolvessem várias formulações sobre a questão ambiental e direcionamentos diversos para enfrentá-la ou respondê-la: de um lado há os que, conforme a ideologia capitalista contemporânea, responsabilizam as populações mais carentes pela devastação ambiental (Banco Mundial/organismos internacionais); de outro, aqueles que propõem ajustar o crescimento econômico com o uso racional dos recursos naturais (ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável); há ainda, aqueles que concebem medidas extremas como o controle do crescimento populacional e o crescimento zero (tese de *Meadows*, neomathusianos), há também os que elegem a sociedade industrial como geradora da devastação ambiental (visão arcadiana e antiprogressista), aqueles que como resposta ao produtivismo e consumismo da sociedade moderna propõem estilos de vida alternativos (movimento hippie de contracultura, etc.), e aqueles que reconhecem a incompatibilidade entre o sistema capitalista e qualquer proposta de preservação ambiental (ecosocialistas ou ecomarxistas) entre outros (HERCULANO,2000).

Tamanha riqueza do debate aponta para a emergência de novos campos de conhecimento e espaços profissionais, que vêm crescendo proporcionalmente a seu acirramento, e que vêm sendo apropriados pelas diversas profissões, dentre elas o Serviço Social. Daí a necessidade de maior aproximação e discussão sobre esta temática.

Ao se propor conhecer melhor como os assistentes sociais vêm unindo os conhecimentos próprios do Serviço Social com a Questão Ambiental, busca-se envidar esforços para suscitar discussões que possam criar formas de enfrentamento e resistência às estratégias pelas quais certos modos de exploração ambiental e social são efetivados, renovando o fôlego para uma prática contestatória frente aos processos de produção e reprodução social.

Os assistentes sociais trabalham com as múltiplas dimensões da questão social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada –, quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida (IAMAMOTO, 2008, p. 161).

A idéia central do presente trabalho consistiu em identificar como o debate sobre a questão ambiental tem sido apropriado e se difundido no Serviço Social. Para tal entendeu-se necessário analisar a produção teórica, vista como produto dos debates e de filiações intelectuais, bem como resultado da realidade vivenciada na prática profissional e ainda como meio de difusão e consolidação do tema.

O interesse pela temática surgiu por meio da aproximação com o debate sobre sustentabilidade, assunto que despertou interesse e indagações e que suscitou um processo de apropriação, conhecimento e posterior análise crítica, enveredando-se pelo caminho da questão ambiental em suas várias expressões.

O levantamento bibliográfico inerente à temática ambiental norteou a opção por não se ater somente à discussão sobre sustentabilidade, apesar de não desprezá-la, mas sim, incorporá-la ao todo mais complexo da qual faz parte e a partir da qual se expandiu, a questão ambiental.

Este foi então o ponto de partida que norteou este estudo, o qual foi ao longo do caminho amadurecido e lapidado, sendo, posteriormente, correlacionado com o campo profissional no intuito de oferecer uma contribuição ao Serviço Social face à temática ambiental.

Para se atingir tal intento e de forma a definir a melhor maneira de investigar a realidade, inicialmente foram consideradas quais as fontes de coleta de dados que possibilitariam atingir o objetivo; onde pesquisar e quais os instrumentos mais adequados para a investigação, obedecendo aos critérios de viabilidade, exequibilidade e disponibilidade (RUDIO apud MINAYO, 1994).

Primeiro foram abordados os cursos de mestrado e doutorado, sendo questionados, por meio de e-mails enviados aos programas de pós-graduação, sobre projetos e pesquisas desenvolvidos na área ambiental, o que demonstrou ser inviável, face ao baixo número de respostas obtidas, ao tempo hábil para coleta de dados, bem como por representar apenas a parcela acadêmica da categoria profissional.

Visando atingir um universo mais heterogêneo e representativo da categoria optou-se pelos CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), evento trienal que congrega profissionais, pesquisadores e estudantes de todo o Brasil, espaço que vem se constituindo como arena de discussão e consenso sobre os temas relevantes para a profissão, com crescente participação e mobilização da categoria (NETTO, 2005).

O número de trabalhos, cada vez mais crescente, apresentados neste congresso confirmam a importância do mesmo, estabelecendo, dessa forma, um panorama geral dos temas relevantes para os assistentes sociais em determinado contexto histórico (IAMAMOTO, 2008).

Assim, atendendo aos critérios mencionados, bem como a relevância do evento para a profissão¹, a pesquisa delimitou-se à coleta de dados por meio dos anais dos trabalhos apresentados nos CBAS.

E a cada edição, o CBAS vem se fortalecendo não só pela sua natureza político-científica, cujos debates subsidiam a construção da agenda das entidades nacionais da categoria para o próximo triênio, mas também por ser um importante espaço de divulgação da produção científica e técnica da área do Serviço Social, através da apresentação de trabalhos e comunicações pelos profissionais e estudantes e do lançamento de livros (ENESSO, 2010).

Como limite cronológico, a pesquisa foi iniciada a partir do 7º CBAS, devido ao ano de 1992 ser representativo para a introdução da questão ambiental no cenário nacional, ano em que ocorreu no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (ECO/92).

O debate ambiental apareceu no 7º CBAS (1992) e 8º CBAS (1995) de forma tímida, com apenas um trabalho apresentado e não como um tema específico, sendo incorporado em eixos correlacionados (Movimentos Sociais e Urbanos na Atualidade/O Serviço Social e o Movimento dos Trabalhadores na Sociedade Civil).

Somente a partir do 9º CBAS (1998) surgiu o eixo sobre Meio Ambiente, merecendo destaque ao lado de temáticas consolidadas no campo de trabalho e pesquisa dos assistentes sociais (Questão Urbana e Meio Ambiente, Questão Agrária, Questão Indígena e Meio Ambiente, Questão Urbana, Movimentos Sociais e Meio Ambiente, etc.)

Com o objetivo de identificar os trabalhos que tratam do tema ambiental, tendo por base o referencial teórico adotado, bem como perseguindo o objetivo de delimitar o objeto de

¹ Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o CBAS tornou-se o maior e mais importante evento da categoria.

pesquisa a uma dimensão variável (MINAYO, 1994), foram eleitas as seguintes palavras-chave, comumente utilizadas nas discussões sobre sustentabilidade e sobre a questão ambiental: “meio ambiente”, “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, “questão ambiental”, termos estes, identificados na bibliografia pesquisada como mais usuais nas produções sobre a temática.

Com base nos eixos temáticos em que se situaram nos CBAS e considerando a frequência com que determinados assuntos apareceram (educação, trabalho, pobreza, etc.), os trabalhos foram reagrupados em sete áreas de concentração, constituindo-se em um importante momento para a descoberta do caminho e dos nexos estabelecidos pelos Assistentes Sociais em sua aproximação com a problemática ambiental.

A partir daí foram levantados os demais elementos da pesquisa, bem como estabelecidas as bases de análise do material empírico em consonância com o referencial teórico adotado.

Procurou-se, inicialmente, estabelecer uma discussão sobre a questão ambiental segundo o referencial marxista. Tal escolha partiu, não só da opção do pesquisador por corresponder a sua formação acadêmica, mas por acreditar que o referencial de base marxista, possibilita ao investigador uma visão de totalidade, uma visão da realidade como um todo articulado e em constante movimento.

A análise da questão ambiental pautada no referencial marxista permite considerá-la como oriunda e determinada pelas relações sociais capitalistas. Para embasar tal discussão foram utilizados os conceitos de Metabolismo Social e Falha Metabólica.

É sob esta discussão que os estudos foram guiados no primeiro capítulo, visando uma aproximação com as raízes da crise ambiental na sociedade capitalista contemporânea.

Estabeleceu-se, também, uma reflexão sobre a problemática do desenvolvimento, buscando entender sua apropriação e uso como um mecanismo de relação de poder e persuasão para perpetuação e expansão do crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social e preservação ambiental. Assim, entender a noção dominante de desenvolvimento pela qual esta sociedade se estrutura constitui um importante aspecto para elucidação dos motivos pelos quais chegou-se ao presente estágio de degradação ambiental e social.

Posteriormente, buscou-se descrever o cenário socioeconômico sob o qual desponta a problemática ambiental. Tal contexto é marcado pela crescente degradação socioambiental, que ganhou visibilidade com a realização da Conferência de Estocolmo. Esta abordagem partiu da necessidade de se entender por que em determinado momento esta questão tornou-se

latente; qual foi o cenário econômico, político e social que tornou propícia a emergência da discussão sobre a questão ambiental, partindo da compreensão da questão ambiental em sua historicidade e em sua conexão com o todo. Também foi abordada a disseminação do discurso do desenvolvimento sustentável e da falácia de suas propostas em face da degradação socioambiental inerente ao modo de produção capitalista.

Além disso, foi realizada uma reflexão sobre a questão social, entendendo-a em seus condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais, a fim de identificar suas conexões com a questão ambiental, entendida como uma refração da questão social, por isso passível de intervenção, discussão e apropriação pelos assistentes sociais, profissionais que atuam nas refrações e manifestações da mesma.

É descrito o processo traçado pela pesquisadora, desde o momento da escolha do tema, levantamento e análise dos dados, bem como pela tentativa de contribuir com uma reflexão crítica sobre a apropriação da temática ambiental no serviço social brasileiro, tendo por base os trabalhos apresentados no CBAS. Finalizando, são apresentados os resultados da pesquisa, bem como, as considerações finais, as quais o estudo possibilitou obter.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

Nas duas últimas décadas do século XX, a temática ambiental tornou-se assunto corriqueiro nas arenas de discussão da sociedade (HERCULANO, 2000). Contudo, se por um lado tornou-se pauta comum e universal, não se apresentou ao longo do tempo como um discurso homogêneo ou unânime; ao contrário, revelou-se um campo repleto de heterogeneidades e conflitos (LOUREIRO, 2000).

A variedade de explicações, abordagens e clivagens que comporta corroborou para seu uso e apropriação de forma indiscriminada, levando-a à banalidade (ALONSO; COSTA, 2002).

É nesse contexto que este primeiro capítulo propôs-se a direcionar a discussão para uma análise da questão ambiental por meios da perspectiva marxista. Ela é considerada como expressão das relações sociais oriundas do modo de produção capitalista, condicionante e condicionada pela forma com que esta sociedade se reproduz e como estrutura sua forma de produzir, tendo por base a exploração do trabalho humano e da natureza.

Essa interpretação da questão ambiental lança um questionamento sobre a forma de apropriação, exploração e distribuição das riquezas no modo de produção capitalista, não só das riquezas naturais, mas também daquelas socialmente produzidas. Por isso faz-se necessário explicitar um pouco desse processo de apropriação da natureza.

Tal discussão não se reduz às formas de exploração dos recursos naturais, ou aos avanços tecnológicos e suas mazelas, como se o quadro atual fosse fruto de um embate entre entes externos às relações sociais. Tal pensamento leva ao reducionismo que coloca a industrialização em oposição à natureza sem colocar em pauta a base do sistema capitalista: a apropriação privada dos bens socialmente produzidos, não só bens materiais, mas também os naturais. Procurou-se ir além da superficialidade com que hoje tal questão é tratada e revelar que a mesma é repleta de contradições.

2.1.1 A Questão Ambiental e o Modo Capitalista de Produção

Comumente tem se colocado a discussão sobre a crise do sistema capitalista frente à escassez ou finitude dos recursos naturais, na qual a crise ecológica levaria inevitavelmente à derrocada do sistema capitalista. Mas será correta tal afirmação? A crise ecológica imporá limites verdadeiros à expansão ou manutenção das formas de dominação capitalista? Estaria a sociedade diante de uma crise do capital?

De acordo com Foladori (1999), a atual crise socioambiental é fruto da relação social própria ao sistema capitalista, relação em que se estrutura a necessidade de lucro e acumulação e não de desenvolvimento humano e social. A forma como a sociedade estrutura suas relações é que determinam as utilizações dos recursos naturais existentes no planeta e os direcionamentos das inovações tecnológicas, os quais se conformam de acordo com as diferentes racionalidades que disputam o controle pela apropriação das riquezas naturais. Em outras palavras, a maneira como o homem se relaciona com a natureza é fruto das relações sociais mais gerais, que se dão de acordo com determinado contexto social, histórico e econômico.

O atual quadro de degradação ambiental envolve um processo complexo, relacionado à capacidade humana de adquirir e acumular riquezas, de direcionar conhecimentos e experiências ao longo de seu desenvolvimento; capacidade que não se distribui de forma equânime nos marcos da sociedade capitalista.

Para qualquer espécie, a relação com o seu meio ambiente é basicamente a que ela estabelece em bloco com o meio abiótico e com o resto das espécies vivas, como uma interdependência dinâmica. Com a espécie humana o mesmo não ocorre. Uma sociedade humana não estabelece relações com o seu entorno na forma de bloco, mas sim por grupos e classes sociais, e de maneira desigual. No resto das espécies vivas, as diferenças individuais não se acumulam para formar classes distintas. Cada geração deve começar do zero. Pelo contrário, os seres humanos acumulam a informação extracorporal em instrumentos, utensílios, espaços construídos etc. Mas esta acumulação não é da sociedade como um todo, mas da cada classe social que transmite às gerações seguintes aquilo que logrou. É uma diferença no acesso aos recursos naturais virgens ou aqueles transformados pelas gerações passadas. Para a espécie humana, então, o ambiente não é só a interrelação com o meio abiótico e o resto dos seres vivos, como acontece com as outras espécies vivas. Existem ambientes diferentes para cada classe social, constituídos em primeiro lugar pelas restrições impostas pelas outras classes sociais da mesma espécie humana; só a partir destes condicionantes é que se estabelecem os relacionamentos com os outros seres vivos e o material abiótico (FOLADORI, 1999, p. 3).

Há, portanto, uma intrínseca conexão entre o modo como se estruturam as relações na sociedade capitalista, relações de classes sociais, relações de apropriação desigual dos bens socialmente produzidos e da forma de interação com a natureza.

A consciência desta relação de desigualdade e de exploração desmedida dos recursos naturais não coloca em cheque o modo de produção que a gera e reproduz, que é capaz de se ajustar ou adaptar-se a momentos de crise² apropriando-se das condições que a geraram para criar mecanismos de superação, ou mesmo manutenção, das relações sociais que lhe são próprias “a produção capitalista tende sem cessar a ultrapassar esses limites que lhe são imanescentes, mas ela só consegue fazê-lo empregando meios que, novamente e numa escala mais imponente, erguem diante dela as mesmas barreiras” (MARX, 2001, p. 123). Parafrazeando Chesnais (2003), a sociedade contemporânea encontra-se diante de uma crise ecológica, crise da civilização humana, mas não crise do capital.

Na medida em que o capital transforma a crise ambiental em um “campo de acumulação”, a resolução da mesma configura-se dentro do marco capitalista de produção e não fora dele, não vislumbrando sua superação ou ainda a substituição das formas nas quais estão estruturadas suas relações sociais, mas apenas formas adaptativas e mantenedoras de seus reais objetivos, quais sejam, a obtenção da mais valia pela exploração da força de trabalho e a propriedade privada. “A ‘crise ecológica’ é a manifestação da destruição das forças produtivas, entre as quais os recursos naturais, para as necessidades da acumulação e num contexto hoje agravado pela dominação do capital financeiro” (CHESNAIS, 2003, p. 21).

Foster (2005), visando estabelecer um estudo de base marxista sobre a questão ambiental nos marcos da sociedade capitalista contemporânea, retomou as discussões estabelecidas por Marx sobre metabolismo social e falha metabólica.

De acordo com Marx o metabolismo social ocorre quando o homem, ao transformar a natureza externa por meio do processo de trabalho, transforma a si mesmo; em suas palavras:

² Temos uma interessante discussão trazida por Mandel (1990), e exemplos paradigmáticos de crises e superações do capital na Crise da Bolsa de NY em 1929, e na denominada crise de 1970 (Antunes, 1999).

O trabalho é, antes de qualquer outra coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo, aos braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias necessidades. Através deste movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim simultaneamente altera a sua própria natureza... Ele [o processo de trabalho] é a condição universal da interação metabólica [*Stoffwechsel*] entre o homem e a natureza, a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza (MARX apud FOSTER, 2005, p. 221).

Assim, o processo de trabalho é algo inerente à existência humana e sua relação com a natureza. O homem, visando satisfazer suas necessidades, relaciona-se com a natureza em uma perspectiva transformadora. É, portanto, uma atividade dirigida a um fim: atender determinada necessidade humana não se restringindo a este ou aquele modo de produção.

O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas, é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender portanto de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2001, p. 218).

Já na sociedade capitalista o processo de trabalho tem uma característica específica. Seu objetivo é produzir mercadorias com valor de uso e com valor de troca superior ao daquele que foi investido pelo capitalista no início do processo de produção, considerando todos os gastos com matéria-prima, meios de produção e mão-de-obra; objetiva um valor excedente, e é justamente no marco desta mudança de relação entre homem e natureza, na alienação imposta pela sociedade capitalista ao intercâmbio, ou nos termos de Marx (apud FOSTER 2005) no metabolismo entre homem e natureza que se estrutura a chamada falha metabólica, precursora da atual crise ambiental.

Marx utilizou-se do conceito de metabolismo social não só para referir-se a real interação metabólica entre sociedade e natureza por meio do trabalho humano, atribuindo a este, um sentido mais amplo, utilizando-o, conforme Foster, “para descrever o conjunto complexo, dinâmico e interdependente, das necessidades e relações geradas e reproduzidas de forma alienada no capitalismo” (2005, p. 222).

Na medida em que o trabalhador, no modo de produção capitalista, é expropriado dos frutos de seu trabalho, onde o resultado do processo de trabalho passa a ser algo estranho ao seu realizador, o trabalhador passa a corresponder, conforme relatado por Foladori (2001), ao

processo de ruptura de seu metabolismo com a natureza, já que não dispõe da propriedade, nem dos meios, nem dos recursos necessários à produção e à sua própria reprodução.

O próprio trabalho transforma-se, pois em mercadoria tem seu preço, pode ser empregado por quem o comprar como desejar. Aí se sustenta a exploração capitalista.

Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não pode receber um sem transferir o outro. [...] O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar, uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça para o vendedor (MARX, 2001, p. 227).

Desta forma, no modo de produção capitalista, o valor pago ao trabalhador corresponde aos meios necessários à reprodução de sua força de trabalho. Tal valor é definido considerando a necessidade de subsistência desse trabalhador e a necessidade de valorização do capital para obtenção da mais valia em uma escala cada vez mais ampla, que se expande a todos os âmbitos da vida em sociedade, não só nas relações de trabalho, mas em todas as relações sociais.

Existe, pois, uma indissociável relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada, isto é, a totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

É a partir da alienação do trabalho, momento em que o homem não reconhece mais a transformação que ele mesmo impôs à natureza e que não se reconhece mais naquilo que produziu perdendo a consciência de todo o processo de trabalho, é que ele mesmo e a própria natureza se separam e passam a constituir-se como mercadoria, ocasionando, conforme Marx, a falha metabólica.

A contribuição de Marx para o debate ambiental utilizando-se do conceito de falha metabólica consiste modularmente no entendimento de como se deu esta separação.

O que exige explicação não é a unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isto é resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a *separação* entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital (MARX apud FOLADORI, 2005).

A discussão proposta por Marx tomou como referência o processo de exploração do solo por meio da agricultura capitalista e a relação antagonica entre campo e cidade.

A grande propriedade fundiária reduz a população agrícola a um mínimo sempre declinante e a confronto com uma sempre crescente população industrial amontoadas nas grandes cidades; deste modo, ela produz condições que provocam uma falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida. Isto resulta num esbulho da viabilidade do solo, que o comércio transporta muitíssimo além das fronteiras de um único país (Liebig) [...] A indústria de larga escala e a agricultura de larga escala feita industrialmente têm o mesmo efeito. Se originalmente elas se distinguem pelo fato de que a primeira deixa resíduos e arruína o poder do trabalho e portanto o poder natural do homem, ao passo que a última faz o mesmo com o poder natural do solo, elas se unem mais adiante no seu desenvolvimento, já que o sistema industrial aplicado à agricultura também debilita ali os trabalhadores, ao passo que, por seu lado, a indústria e o comércio oferecem à agricultura os meios para exaurir o solo (MARX apud FOSTER, 2005, p. 219).

Para Marx, portanto, a falha metabólica constituiu-se na perturbação ocasionada pela produção capitalista e sua forma de exploração do solo³ e do trabalho humano, cada qual com sua especificidade, mas levando todos à mesma consequência: a degradação de ambos.

Todo progresso na agricultura capitalista é um progresso da arte de roubar, não só do trabalhador, mas do solo; todo progresso no aumento da fertilidade do solo por um determinado tempo é um progresso em direção à ruína das fontes mais duradouras desta fertilidade. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social da produção solapando simultaneamente as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador (MARX apud FOSTER, 2005, p. 219).

A partir desta concepção da relação entre homem e natureza e da falha metabólica ocorrida nesta relação, fruto das relações sociais da sociedade capitalista, que a contribuição

³ A ênfase de Marx à devastação ecológica do solo se deu principalmente pela influência de Justus von Liebig, autor utilizado para desenvolver sua crítica da renda fundiária ao escrever *O Capital* no início de 1860. Porém Marx não se ateve unicamente a este viés explorando também questões como a devastação das florestas e esgotamento de reservas naturais como a de carvão, ainda que em menor escala (FOSTER, 2005).

de Marx se torna fundamental para se entender o processo de degradação socioambiental na qual hoje se encontra a sociedade e sua relação com a questão social como será visto adiante.

Degradação fruto de relações sociais que se estruturam em necessidades de reprodução do capital e não em necessidades humanas ou sociais influenciadas por critérios econômicos que se pautaram ao longo dos tempos na crença descabida e inverossímil de que a natureza é uma fonte inesgotável de recursos a serem explorados pelo homem, crença que Marx já apontava em sua época, como insustentável ao desenvolvimento e manutenção das gerações futuras (FOSTER, 2005).

Sob o pretense discurso do desenvolvimento a sociedade prioriza uma forma de produção de bens e de exploração dos recursos naturais desconsiderando seu reverso: a destruição ambiental e, conseqüentemente, da própria existência humana (WOOD, 2003). A sede de consumo e acumulação capitalista se utiliza da retórica do progresso para justificar sua forma de dominação e exploração.

2.1.2 O Discurso do Desenvolvimento: uma Retórica da Perpetuação do Crescimento Econômico da Sociedade Capitalista

O termo desenvolvimento se tornou um “discurso competente”, nos termos de Chauí (1989), comumente utilizado para exemplificar, justificar ou defender a idéia de progresso, crescimento, melhoria, evolução.

Adquirindo, ao longo do tempo, a noção de progresso tecnológico e crescimento econômico, tornou-se ponto central tanto das agendas internacionais quanto nacionais e locais, sendo amplamente utilizado para justificar o fosso de desigualdade e dependência entre as nações, bem como a primazia do crescimento econômico frente ao desenvolvimento social e a preservação ambiental (FURTADO, 1974).

Não havendo um consenso definitivo sobre seu significado, tampouco sobre os meios necessários para alcançá-lo e os fins a que se destina, as variadas concepções e abordagens sobre o tema favoreceram o ecletismo, a fácil penetração de novidades, a cooptação e sua utilização indiscriminadas, variando-se não só o contexto em que é utilizado, mas os propósitos embutidos em sua acepção, mas sempre remetendo a idéia de evolução, de progresso, crescimento (WOLFE, 1976).

Uma das principais concepções de desenvolvimento que a sociedade admitiu quase que universalmente ao longo de sua formação está ligada a idéia de transformação das estruturas produtivas a fim de torná-las mais eficientes e mais apropriadas à geração de riquezas, ficando atrelada com progresso técnico, crescimento econômico, industrialização e modernização, cuja principal argumentação se embasa na afirmação de que o desenvolvimento social e humano seria uma decorrência do avanço tecnológico e da industrialização; a afirmação falaciosa de que o desenvolvimento econômico levaria inevitavelmente ao desenvolvimento social (WOLFE, 1976).

Segundo Machado (2006), a conotação atribuída ao discurso do desenvolvimento é fruto da racionalidade ocidental moderna utilizada para justificar a lógica capitalista em seu processo de expansão industrial e econômica em nível mundial.

Disseminar um modelo de desenvolvimento universal tornou-se uma estratégia eficaz para justificar a exploração dos países “em desenvolvimento” pelos países considerados desenvolvidos, nos quais o padrão de progresso alcançado se deve em grande medida, à crescente exploração dos primeiros, seja como mercados consumidores de seus produtos, seja como colônias fornecedoras de mão de obra barata e matéria-prima conforme afirmou Furtado (1974):

Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (p. 75).

As estratégias utilizadas em defesa dos valores culturais do ocidente capitalista a partir das disputas de hegemonia travadas na esfera internacional formam o núcleo do “discurso do desenvolvimento” (MACHADO, 2006). Para este, teve um importante papel a idéia do subdesenvolvimento, ao atribuir aos países do Terceiro Mundo uma identidade.

A produção do mundo “subdesenvolvido” política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente, foi um trabalho para o qual contribuíram agentes dos mais variados, seja no interior de instituições especializadas, seja em centros de produção de conhecimentos⁴ (SAID, 1990).

⁴ Para Machado (2006), determinados espaços institucionais são particularmente relevantes na produção e difusão das estratégias discursivas que alimentam o discurso do desenvolvimento. As Nações Unidas e suas agências (no caso da América Latina, a CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD) funcionaram desde suas origens como um desses espaços.

Longe de se resumir a um conceito utilizado para qualificar um estágio transitório em que se encontra uma determinada nação, e mais do que uma inesgotável fonte de produção de teorias econômicas e soluções técnicas e científicas para problemas políticos e sociais, o discurso do desenvolvimento foi utilizado como um mecanismo de hierarquização e dominação cultural.

Emergiu durante o período de expansão da economia mundial, considerado por Hobsbawm (1996) a “era de ouro do capitalismo”, e a partir de então, funcionou como instrumento de mediação das relações de poder e dominação, historicamente estabelecidas, entre as nações industrializadas e aquelas de economias primárias (MACHADO, 2006).

A idéia de desenvolvimento, conforme Viola (apud MACHADO, 2006), é veiculada e reafirmada em uma determinada concepção da história da humanidade e das relações entre o ser humano e a natureza, centrada na trajetória das sociedades industrializadas européias e norte-americanas, como uma espécie de “transplantação geográfica” dessas. Tais sociedades são assumidas como modelos universalmente válidos e desejáveis, sendo a partir das mesmas, estabelecidos os parâmetros para medir o relativo atraso ou progresso das demais nações.

Em torno dessa concepção é que o conceito de subdesenvolvimento foi formulado e convertido em eixo e pilar de sustentação das políticas voltadas para a superação do “atraso” e da “pobreza” dos países do Terceiro Mundo. De acordo com Diegues (1996):

O conceito de progresso, essencial para se entender os modelos clássicos de desenvolvimento, tem como base a crença na razão, no conhecimento técnico-científico como instrumento essencial para se conhecer a natureza e colocá-la a serviço do homem, na convicção de que a civilização ocidental é superior às demais, entre outras razões pelo domínio sobre a natureza, na aceitação do valor de crescimento econômico e no avanço tecnológico (p. 1).

Os reflexos sociais desta concepção foram catastróficos para a maioria da população mundial. Ao se priorizar o crescimento econômico o custo social foi demasiadamente alto, o cenário mundial demonstrou um crescente quadro de miséria humana e degradação ambiental daqueles países que “não foram capazes” de alcançar o estilo de desenvolvimento apregoados pelos países do considerado “primeiro mundo” (FURTADO, 1974).

Foi sob esta noção de desenvolvimento que a preservação ambiental ficou, ao longo dos anos, renegada a um segundo plano, subjugada assim, como o desenvolvimento humano e social ao infundável desejo de consumo capitalista.

Intencionando-se superar o desgaste atribuído e acumulado ao discurso do desenvolvimento, que mostrou-se eficaz apenas no campo econômico, não atendendo as

esferas social e ambiental, começou-se aos poucos a serem travadas discussões sobre novos “modelos” ou formas de desenvolvimento que possam, de fato, conciliar crescimento econômico com preservação ambiental e desenvolvimento social, de onde emergem os conceitos de ecodesenvolvimento e posteriormente de desenvolvimento sustentável.

As discussões trazidas pelo relatório do Clube de Roma⁵ (1972), apresentadas durante a Conferência de Estocolmo⁶, tiveram significativa contribuição neste processo ao apresentar a tese de *Meadows* ou tese do crescimento zero como ficou conhecida.

Segundo esta tese, um futuro catastrófico era reservado para a humanidade caso os padrões de produção e consumo com conseqüente destruição dos recursos naturais continuassem.

Era preciso reconhecer a finitude dos recursos naturais e deter o crescimento populacional já que o mesmo representava uma pressão para o aumento da produção de bens, o que conseqüentemente ocasionaria maior e mais rápida exploração e posteriormente escassez dos recursos naturais.

Como resposta a tese de *Meadows*, surgiram vários grupos de intelectuais e industriais que criticaram veementemente as previsões catastróficas apresentadas, cujas argumentações se apoiavam fundamentalmente no quadro de progresso vivenciado pela humanidade, acreditando-se que a questão da devastação ambiental também poderia ser resolvida pela ciência e tecnologia (LIMA, 1997).

Estes grupos repudiavam a tese do crescimento zero e defendiam a continuidade do processo de desenvolvimento das forças produtivas afirmando ser esta uma condição necessária para alcançar a igualdade social e diminuir a pobreza em todo o mundo, condenando tal proposta, afirmando que a mesma impediria o progresso da humanidade.

Tais discussões propiciaram o surgimento de duas novas idéias para se pensar a questão do desenvolvimento: ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, visando encontrar uma resposta capaz de solucionar o paradigma colocado pelo crescimento econômico *versus* a preservação ambiental.

⁵ Grupo formado por cientista, industriais e políticos que tinham como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico e sua relação com a utilização dos recursos naturais existentes.

⁶ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – CNUMAH, realizada na cidade Estocolmo em 1972, representou um momento fundamental para a discussão sobre o modelo de desenvolvimento capitalista e sua relação com o meio ambiente. Impulsionada pelas discussões traçadas pelo relatório intitulado “Os limites do Crescimento”, um estudo realizado pelo chamado Clube de Roma, contribuiu para a primeira grande discussão sobre os limites do crescimento econômico e a necessidade de preservação ambiental, trazendo como principais propostas o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, chamada de tese de *Meadows* ou tese do crescimento zero (LIMA, 1997).

O ecodesenvolvimento, noção introduzida por Maurice Strong e posteriormente reformulada por Ignacy Sachs, trouxe em seu bojo a defesa do processo de desenvolvimento em reação a tese de crescimento zero de *Meadows* afirmando o desenvolvimento como categoria central para a humanidade e propondo a continuidade do crescimento econômico e da produção de riquezas aliada às questões ecológicas, sociais, culturais e espaciais.

Contudo, a proposta do ecodesenvolvimento não tomou grandes dimensões, sendo posteriormente substituída pela noção de desenvolvimento sustentável, a qual, conforme o relatório *Nosso Futuro Comum* da Comissão Brundtland, “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (1987, p. 46).

Mas até que ponto uma sociedade estruturada na exploração humana e dos recursos naturais, que assume uma noção de desenvolvimento como uma senda a ser percorrida (WOLFE, 1976), desconsiderando as características históricas, econômicas e sociais de cada país pode abarcar alguma preocupação ambiental ou social?

Segundo Wood (2003), o sistema capitalista é incompatível com o equilíbrio ecológico, podendo assumir uma aparente preocupação com a crise ambiental, mas sem vislumbrar qualquer alternativa capaz de superá-la.

Nem acredito que o capitalismo tenha condições de evitar a devastação ecológica. Talvez seja capaz de se ajustar a um certo grau de preocupação ecológica, especialmente porque a tecnologia de proteção ambiental se tornou uma mercadoria lucrativa. Mas a irracionalidade essencial da busca da acumulação de capital, que subordina tudo as exigências da auto-expansão do capital e do chamado crescimento, é inevitavelmente hostil ao equilíbrio ecológico (WOOD, 2003, p. 228).

É diante do paradoxo (preservação ambiental e crescimento econômico) que se estabelece uma luta política e ideológica sobre a questão do desenvolvimento que pode culminar na formulação da questão ambiental (MACHADO, 2006), envolvendo visões de mundo, projetos societários, simbolismos, valores e interesses, levando a busca e luta pela formação de um consenso societário sobre como e o que deve ser protegido, ou sobre como garantir a continuidade dos recursos naturais existentes e ainda, sobre quem são os maiores responsáveis pela devastação ambiental e o que deve ser feito para contê-la.

Dentre as várias concepções que se formularam sobre a questão ambiental despontam aquelas que, conforme a ideologia capitalista contemporânea, responsabilizam as populações

mais carentes⁷ pela devastação ambiental (Banco Mundial), aqueles que propõem ajustar crescimento econômico com uso racional dos recursos naturais (ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável), há ainda aqueles que propõem medidas extremas como o controle do crescimento populacional e o crescimento zero (tese de *Meadows*, neomalthusianos), há também os que elegem a sociedade industrial como geradora da devastação ambiental (visão arcadiana e antiprogressista), e ainda aqueles que como resposta ao produtivismo e consumismo da sociedade moderna propõem estilos de vida alternativos (movimento hippie de contracultura), e aqueles que reconhecem a incompatibilidade entre o sistema capitalista e qualquer proposta de preservação ambiental (ecossocialistas ou ecomarxistas) entre outros (HERCULANO, 2000).

A formulação destas concepções e debates não se deu aleatoriamente, situou-se em contextos históricos, sociais e econômicos que propiciaram seu fortalecimento ou enfraquecimento.

Em momentos determinados, seja pela expansão do crescimento econômico, seja pela recessão, o debate ambiental se mostrou latente ou sofreu inflexões dependendo da correlação de forças sociais resultante do antagonismo de interesses envolvidos.

2.2 A EMERGÊNCIA DO DEBATE AMBIENTAL

De acordo com Hobsbawm (1996), o debate ambiental emergiu com grande vigor nas décadas de 70 e 80, impulsionado pelo contexto econômico e político que propiciou sua abordagem como tema de relevância social. Apesar de ser uma preocupação que já se mostrava necessária desde meados da década de 50, foi no contexto do fim da chamada “era do ouro” do capitalismo que a questão ambiental se introduziu de fato nas arenas de discussão da sociedade.

⁷ Nos estudos realizados sobre o desenvolvimento mundial em 1990, o Banco Mundial chegou à conclusão que a pobreza é a principal geradora da degradação ambiental: “O alívio da pobreza é tanto um imperativo moral como um requisito prévio indispensável para chegar à sustentabilidade ambiental. Os pobres são ao mesmo tempo vítima e agente da degradação do meio ambiente” (BANCO MUNDIAL, 1990 apud VIEIRA, 2007, p. 64).

Também contribuiu para sua emergência o crescimento do movimento ambientalista em todo o mundo, bem como as discussões realizadas pelas instituições e organizações internacionais ligadas à questão do desenvolvimento⁸ (LEIS; D'AMATO, 1995).

Por seus condicionantes econômicos sociais e políticos faz-se necessário o reporte ao cenário mais geral do qual desponta este debate para que se possa entender mais adiante seus nexos com a questão social.

2.2.1 Condicionantes Históricas, Econômicas e Sociais da Emergência do Debate Ambiental na Sociedade Capitalista Contemporânea

Segundo Hobsbawm (1996) e Bihl (1998), o período compreendido entre 1940 e 1960 é conhecido como a fase gloriosa do capitalismo monopolista, a qual representou uma época de intenso crescimento econômico dos países desenvolvidos, que teve sua base em um forte processo de industrialização, internacionalização e na reforma do sistema capitalista, que se reestruturou após a crise de 1929⁹.

Como marcos deste período de crescimento econômico, pode-se citar a Guerra Fria, cuja corrida armamentista impulsionou o desenvolvimento tecnológico e informacional; o *Welfare State*¹⁰, com sua política keynesiana de pleno emprego e intervenção estatal na economia; a transnacionalização da economia com a desterritorialização do capital industrial que aumentou significativamente os lucros devido às oportunidades e atrativos vislumbrados pelos países capitalistas avançados nos mercados emergentes e países mais pobres; o modelo de produção Fordista/Taylorista¹¹, entre outros.

⁸ Organização das Nações Unidas (ONU); Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP); etc.

⁹ Foi uma crise de superprodução devido às inovações tecnológicas e o desemprego crescente, originando uma grande recessão econômica que teve início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 30 terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. Causou quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, etc.

¹⁰ Durante o *Welfare State* a sociedade conheceu um Estado interventor, que atuava através de políticas sociais, principalmente aquelas destinadas a manter a reprodução da força de trabalho (garantia de um mercado de subconsumo), tendo como mecanismo central para a redistribuição de renda as políticas de seguridade social.

¹¹ O fordismo/taylorismo representou um padrão de acumulação dominante que vigorou no decorrer de todo o século XX e que se expressou, através das modificações introduzidas nos sistemas produtivos e de processo de trabalho das grandes indústrias. Tal modelo era baseado na produção de mercadorias em grande escala, na concentração das unidades produtivas (grandes fábricas e indústrias), na produção homogeneizada e verticalizada, no trabalho fragmentado e parcelar, na racionalização do tempo, na repetitividade das funções, na

De acordo com Hobsbawm (1996), a era do ouro foi um fenômeno mundial, mas a riqueza produzida se ateve aos países capitalistas desenvolvidos não alcançando a maioria da população dos países mais pobres. A intensidade do “boom” econômico experimentado nestas décadas teve seu reverso com a poluição e degradação ambiental, configurando-se como um período glorioso para economia, mas desastroso para o meio ambiente como veremos a seguir.

Envolta no ritmo do crescimento econômico e desenvolvimento industrial, a degradação ambiental não assumiu centralidade nas preocupações dos países que beneficiados pelo “boom” econômico, apregoavam que o desenvolvimento da humanidade pressupunha a subsunção da natureza aos interesses dos homens: a poluição, o desmatamento, as tragédias ambientais eram o preço a ser pago para se atingir o progresso da humanidade. Segundo Hobsbawm (1996):

Mal se notava ainda um subproduto desta extraordinária explosão, embora em retrospecto ele já aparecesse ameaçador: a poluição e a deterioração ecológica. Durante a Era de Ouro, isso chamou pouca atenção, a não ser de entusiastas da vida silvestre e outros protetores de raridades humanas e naturais, porque a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade (p. 257).

Assim, os efeitos econômicos e sociais experimentados pela população serviam para justificar a destruição ambiental, afinal, a população dos países industrializados e até mesmo daqueles em processo de industrialização jamais tinha tido acesso a tantos bens e alimentos como neste período¹² (HOBBSAWM, 1996).

O fim da onda de progresso e abundância começou a se apresentar principalmente com a crise do petróleo em conjunto com o processo de urbanização e expansão da agricultura. Ao mesmo tempo, problemas ambientais, como a poluição atmosférica¹³, começaram a ser sentidos de maneira mais direta pela população, despertando a preocupação com as formas de produção e sua relação com a natureza.

A década de 70 marcou o fim deste período de intensa acumulação de capitais e o início de uma crise estrutural.

divisão entre a elaboração e a execução, ou seja, na supressão da dimensão intelectual do trabalho operário e sua transferência para as esferas da gerência científica (ANTUNES, 1999).

¹² A aversão do período de escassez experimentada durante a guerra propiciou um excedente na produção de alimentos dos países ricos. A produção em massa do que antes eram considerados artigos de luxo permitiu sua expansão para a população de classe média (HOBBSAWM, 1996, p. 255).

¹³ As emissões de dióxido de carbono que atingiam a atmosfera quase triplicaram entre 1950 e 1973 (HOBBSAWM, 1996).

A queda na taxa de lucro, as inovações tecnológicas, aliadas a financeirização do capital desencadearam, por sua vez, altas taxas de desemprego estrutural, dando início a uma crise de superprodução, retração de consumo, queda nos salários e correspondente piora nas condições de vida da classe trabalhadora. Neste momento ganharam força medidas de desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, dos processos produtivos e dos mercados (ANTUNES, 1999).

Foi diante da derrocada dos níveis de crescimento obtidos até então, dando margem a críticas de todos os vieses ao modelo de desenvolvimento implementado e seus reversos, não só sociais e econômicos, mas também ambientais, que a questão ambiental surgiu como tema de relevância social a partir dos anos 70.

2.2.2 A Emergência do Debate Ambiental no Cenário Brasileiro

O Brasil tem como marco da emergência da discussão ambiental a década de 80, impulsionada pela emergência do tema em nível internacional, bem como as exigências do mercado que procurava se posicionar de maneira mais positiva face à temática ambiental assumindo a chamada “consciência ambiental” (VIOLA; LEIS apud VIEIRA, 1995).

A pouca visibilidade do debate na década de 70 no contexto brasileiro se deveu principalmente à priorização do mito desenvolvimentista que se contrapunha a qualquer preocupação ambiental.

Naquele momento a Questão Ambiental foi considerada um empecilho ao desenvolvimento nacional, fazendo com que o país assumisse um posicionamento de resistência aos preceitos de preservação do meio ambiente durante a Conferência de Estocolmo.

O ano de 1981 marcou a inserção do Brasil no chamado campo da consciência ambiental por meio da promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente e da instituição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Em 1988, o tema ambiental foi contemplado pela Constituição Federal, no art. 225, § 1º inciso VI.

Na década de 90, durante o governo Collor, o país assumiu o compromisso de promover a chamada “responsabilidade ambiental”. A mudança de posicionamento do discurso brasileiro face à temática ambiental não ocorreu por acaso. Interesses econômicos e

políticos obrigaram o país a modificar a imagem anti-ecológica assumida na Conferência de Estocolmo.

A súbita conversão ambientalista de Collor explica-se pela necessidade de ganhar a confiança da opinião pública dos países desenvolvidos para seu programa econômico neoliberal, que necessitava novos investimentos estrangeiros. Além disso, Collor percebeu que a escolha do Brasil para sediar a UNCED-92 por parte da Assembléia Geral da ONU, realizada poucos dias antes de sua eleição, oferecia a ele a oportunidade de se projetar e a seu governo no meio internacional (VIOLA, 2003, p. 8).

Nesta mesma década o Brasil liderou as discussões da Convenção sobre as Mudanças Climáticas (1992), que culminaram no Protocolo de Kioto, promulgado pelo Brasil em 1998. Este protocolo consistiu de um compromisso assumido pelos países para deter o aquecimento global por meio da redução das emissões de gás carbônico na atmosfera, o que implicaria em uma diminuição dos níveis de crescimento, principalmente dos países desenvolvidos.

Assim, o país ingressou no denominado “mercado verde” com a venda de créditos de carbono, um mecanismo complicado, que na verdade possibilita aos países desenvolvidos continuarem a poluir e a manter seus níveis de produção e exploração dos recursos naturais por meio de um duvidoso compromisso com a preservação da natureza, pautado no discurso da sustentabilidade ambiental.

2.2.3 A Insustentável Discussão sobre Sustentabilidade

Polêmico, impreciso, dúbio, vazio, plurívoco para alguns autores (ACSELRAD, 2004; HERCULANO, 2002; STHAEL, 1995), mas ao mesmo tempo considerado por seus defensores mobilizador, atraente, desafiador (SACHS, 2004; GUIMARÃES, 2001), o desenvolvimento sustentável vem suscitando discussões e posicionamentos dos mais variados face à vasta possibilidade de apropriações que comporta.

Transitando entre a inexistência do termo e a força do discurso (HERCULANO, 2002), a questão da sustentabilidade desperta interesse e polêmica fazendo-se presente em variadas arenas de discussão, assumindo *status* e visibilidade no cenário social, político e econômico em nível mundial (SILVA; MENDES, 2005).

Foi a partir da década de 80 que o debate em torno da proposta de desenvolvimento sustentável tornou-se um ponto central dentro das discussões sobre meio ambiente, propondo, ao menos teoricamente, uma “nova” forma de pensar o desenvolvimento, conjugando o econômico à preservação ambiental e às necessidades sociais, impulsionada pelo já mencionado Relatório de *Brundtland* (OUR COMMON FUTURE, 1987) e pelas discussões realizadas pelos organismos internacionais face às previsões do Clube de Roma.

A proposta de desenvolvimento sustentável tem grande aceitação social, mesmo diante da variada gama de interpretações e significações que tal noção adquire, trazendo conforme seus idealizadores (BURSZTYN, 2007; GUIMARÃES, 2001; SACHS, 2007), uma preocupação com o meio ambiente para atuais e futuras gerações, imbuída de uma suposta nova ética na relação homem e natureza, e novas possibilidades de otimização da utilização dos recursos naturais existentes.

Para seus defensores, a noção de desenvolvimento sustentável descortina um novo paradigma social capaz de compatibilizar crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, inaugurando uma nova forma de produzir, de se relacionar com o meio ambiente, deixando para trás a antiga noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (SACHS, 2004).

Para seus críticos, configura-se em mais um mecanismo de convencimento para os objetivos do capital, no qual uma convincente artimanha ideológica para manutenção do *status quo* diante do quadro de degradação ambiental e social da sociedade contemporânea. Corresponde a uma adequação do processo de desenvolvimento dentro da ordem capitalista conforme afirmou Sthael (1995):

[...] Rapidamente assimilado, este conceito está hoje no centro de todo o discurso ecológico oficial, sem que haja um mínimo consenso quanto ao seu significado e sem que sequer se tenha colocado a questão, no entanto crucial, se tal conceito tem algum sentido, dentro do quadro institucional e econômico atual, o capitalismo (STHAEL, 1995, p. 104).

De acordo com Herculano (1992), tal expressão conserva uma “elasticidade semântica” que lhe confere uma dupla interpretação. De um ponto de vista radical, representa a proposta de uma nova sociedade; enquanto de um ponto de vista conservador, representa apenas uma nova designação para o modelo de desenvolvimento capitalista, que assume certa dose de preocupação ambiental cujo termo mais acertado neste caso seria “desenvolvimento capitalista sustentável”.

Para Diegues (1992), as principais críticas à proposta de desenvolvimento sustentável baseiam-se na forma como as condições internacionais que tal modelo deve enfrentar são relegadas a um segundo plano. Ignoram-se as relações de forças internacionais, os interesses dos países industrializados em dificultar o acesso dos países do Terceiro Mundo à tecnologia, as relações desiguais de comércio desfavoráveis a estes últimos e a oposição das multinacionais a propostas tecnológicas contrárias a suas estratégias globais, bem como as contradições peculiares dos países em desenvolvimento.

Outra polêmica trazida pela proposta de desenvolvimento sustentável diz respeito às diversidades territoriais, econômicas, sociais e culturais. Modelos, receituários, manuais e políticas de desenvolvimento padronizadas¹⁴ não podem ser aplicadas indiscriminadamente, pois, segundo Harvey (2004):

A maneira de configurar o ambiental ao lado do econômico, e o político ao lado do cultural, torna-se tarefa bem mais árdua no nível global, no qual pressupostos de uma homogeneidade de valores e de aspirações que se aplique a toda a superfície da terra simplesmente não têm validade (p. 70).

No entendimento de Acsehrad (2004), o discurso da sustentabilidade desconsidera as relações sociais ao planificar a diversidade social conclamando uma suposta igualdade de condições de acesso aos recursos naturais, algo desejável para gerações futuras, mas que não se encontra efetivamente nem mesmo na geração presente. Um discurso que tenta tornar consensual um campo repleto de lutas por modos alternativos de apropriação da base material da sociedade, atribuindo neutralidade onde na verdade existe uma teia conflituosa de projetos societários.

É difícil não perceber que o debate sobre sustentabilidade tem se pautado predominantemente pelo recurso a categorizações socialmente vazias. Ou seja, as noções evocadas costumam não contemplar a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade quando está em jogo a legitimidade de diferentes modalidades de apropriação dos recursos do território. Os diagnósticos e as definições têm se situado no campo técnico, apresentando-se como descolados da dinâmica da sociedade e, conseqüentemente, da luta social. Podemos citar a própria definição do Relatório *Brundtland*: “desenvolvimento sustentável é aquele que se propõe a satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras”. Esse corte intergeracional abdica, sem dúvida, de perceber a diversidade social no interior do futuro e do próprio presente (ACSELRAD, 2004, p. 3).

¹⁴ Um exemplo catastrófico de receituário que desconsiderou veementemente as heterogeneidades históricas, sociais e territoriais dos diversos países foi o Consenso de Washington, uma série de medidas de ordem econômica e política implementadas em nível mundial cujas conseqüências podem ser sentidas principalmente pelos países em desenvolvimento.

No emaranhado de disputas pela apropriação, uso e significação, o debate sobre sustentabilidade padece ao lado do discurso do desenvolvimento, demonstrando sua inconsistência face aos problemas ambientais e sociais, que, longe de vislumbrarem uma solução ou resposta, tornaram-se paradoxos da sociedade contemporânea.

Entretanto, a elasticidade semântica citada por Herculano, fazem deste discurso um mecanismo de persuasão e poder, colocando-o como central no debate ambiental. Um termo que pela imprecisão é aplicado nos mais variados sentidos e contextos e que sem que se saiba ao certo o que quer dizer tornou-se um discurso competente nos termos de Chauí (1997) e, portanto, absorvido por variados e diversificados campos de conhecimento e atuação.

2.3 QUESTÃO AMBIENTAL, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, ENTENDENDO SEUS NEXOS

Neste capítulo buscou-se compreender como a questão ambiental assume, na atualidade, a configuração de questão social. Esta, é aqui compreendida como confronto de forças antagônicas, como embate entre diferentes projetos societários, como luta e contradição entre capital e trabalho, tendo sua gênese na apropriação privada dos bens socialmente produzidos.

No momento em que o debate ambiental se introduz nas arenas de discussão da sociedade, representando um campo de interesses conflituosos e divergentes, quando representa o antagonismo de interesses contraditórios de parcelas da sociedade que lutam pela decisão sobre a apropriação e uso dos bens e recursos naturais, a questão ambiental pode ser reconhecida como uma manifestação da questão social.

O assistente social, como profissional que atua nas manifestações da questão social tem, pois, na questão ambiental, um campo de conhecimento e atuação que vem sendo apropriado e cujo debate estabelecido direcionará sua forma de intervenção e a qualidade dos saberes adquiridos e acumulados em sua aproximação com essa temática.

2.3.1 A Questão Social em sua Origem

Segundo a análise desenvolvida por Yamamoto (2000), a questão social relaciona-se com as configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital condensando o conjunto de desigualdades e lutas sociais engendradas pela produção e reprodução das relações sociais da sociedade capitalista contemporânea. Para Yamamoto e Carvalho (2000):

A “questão social” não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (p. 77).

Conforme descrito por Netto (2001), o termo questão social surgiu por volta de 1830 para designar o fenômeno do pauperismo sob o qual se encontrava a classe trabalhadora na Europa. Como um reverso do processo de industrialização, a miséria da população trabalhadora crescia proporcionalmente à capacidade da sociedade de produzir riquezas.

Segundo o mesmo autor, a condição de miséria enfrentada pelos trabalhadores só se apresentou de fato como questão social quando os mesmos passaram a protestar das mais variadas formas transformando-se em ameaça para os interesses da burguesia. Nas palavras de Branco (2006):

A “questão social”, enquanto categoria teórica e problemática histórica, emergiu no cenário europeu em meados do século XIX, quando a classe proletária, então liderada pelas suas franjas operárias, impôs-se como um ator político independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos (p. 16).

Utilizada por críticos sociais de diferentes arenas políticas e ideológicas para descrever as condições de miséria da classe trabalhadora no início do capitalismo, a expressão Questão Social acabou sendo usada indiscriminadamente com vários sentidos e conteúdos, mas todos tendo em comum a descrição do pauperismo dos trabalhadores assalariados.

Ávidos por conservar suas estruturas e sob a ameaça iminente do movimento operário, os intelectuais burgueses apropriaram-se do termo “questão social” e passaram a utilizá-lo de forma naturalizada, destituindo e mascarando seu sentido de contradição e conflito. Conforme Branco (2006):

Após a Primavera dos Povos, um levante revolucionário que varreu toda a Europa no ano de 1848, a expressão “questão social” deixou de freqüentar o léxico e textos das mais variadas dimensões da política e da teoria e passou a viver uma fase monogâmica com o conservadorismo burguês, ávido por reformar o sistema capitalista para conservar suas estruturas mais fortes, dentre elas, a propriedade privada dos meios de produção. O tratamento teórico da “questão social” vai progressivamente se deslocando de uma análise sócio-histórico, capaz de circunscrevê-la dentro de uma totalidade processual e contraditória movida pela luta de classes, para uma análise naturalizada fora das relações espaço-temporais (p. 16).

Com a apropriação da expressão questão social pela burguesia, o movimento operário de 1848 passou a identificá-la como algo evasivo de traço conservador e reformador. Ao identificar que as medidas implementadas para seu enfrentamento concorriam não no intuito de superá-la, mas de amenizá-la a um patamar aceitável.

Assim, a classe trabalhadora deixou de identificar na questão social a contradição presente nas relações capitalistas de produção remetendo-a ao desuso e substituição pela expressão “questão operária”. “O pensamento revolucionário passou a identificar na expressão ‘questão social’ uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador” (NETTO, 2001, p. 156).

Desta forma o termo “questão social” passou a ser utilizado para designar os mais variados problemas sociais (fome, miséria, pobreza, moradia), perdendo seu significado central: a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra as relações sociais de produção capitalista e todas suas formas de exploração, opressão e dominação.

2.3.2 A Questão Social na Atualidade

Para Iamamoto (2008), na atualidade, a questão social vem assumindo novas configurações, novas “roupagens”, diante das novas formas de exploração e dominação impostas pelas relações sociais capitalistas e das novas condições sócio-históricas da sociedade contemporânea.

Contrários a esta posição apareceram os estudos de Castel (1998) e Rosanvallon (1998), que afirmaram haver na sociedade contemporânea uma “nova” questão social.

É sob o ineditismo das relações que se estabelecem na sociedade contemporânea que Castel (1998) embasou sua discussão sobre a “nova” questão social, considerando a complexidade das transformações societárias e do avanço neoliberal.

Segundo o autor a nova questão social tem como fator desencadeante a ruptura entre trabalho e proteção social, diferindo-se da questão social explicitada no início do séc. XIX, tanto no que se refere ao contexto de ameaça do movimento operário, quanto da desintegração vivenciada na época pelos proletariados que invadem a sociedade industrial sem estarem integrados a ela, como é o caso das populações rurais, criando uma população flutuante, condicionada à miséria e fadada ao pauperismo, considerada uma ameaça à ordem social.

Para Castel (1998), a “nova” questão social não representa nenhuma ameaça iminente de subversão do proletariado, haja vista sua relativa integração por meio, segundo o autor, do compromisso social da sociedade salarial, da proteção social do Estado.

Afirmou que a “nova” questão social está nas novas formas de exploração do trabalho, na desregulamentação e na flexibilização, na destituição dos direitos sociais e trabalhistas outrora conquistados. Criticou o surgimento do que denominou de sociedade do mercado, onde as leis de mercado regulam as relações sociais num contexto de concorrência apregoadado pelo neoliberalismo e pelo triunfo da globalização, não comportando, portanto, qualquer elemento necessário à coesão social.

Em sentido contrário, Iamamoto, Netto e Yasbeck (2001) alertaram para o perigo de se considerar as novas manifestações da questão social como uma “nova questão social” incidindo no erro de pulverizá-la e fragmentá-la em problemas sociais.

Para estes autores a questão social continua a mesma e não pode ser desarticulada de sua gênese: a apropriação privada dos bens socialmente produzidos e o embate societário para aversão da ordem burguesa travado pelos trabalhadores; pelo antagonismo entre capital e trabalho.

Estruturaram seu pensamento tendo por base que o que ocorre hoje são diferentes manifestações da questão social, concordando que a sociedade vem passando por grandes transformações e que as relações sociais tomaram grande complexidade. Assim, as refrações da questão social em seus primórdios (pobreza, fome, miséria, desemprego) são acrescidas de novas manifestações (subemprego, emprego precário, degradação ambiental), mas a questão social não pode, segundo os autores, ser reduzida às suas manifestações; ela vai além e engloba a totalidade destes fenômenos sociais e sua relação com o todo da sociedade capitalista contemporânea por meio de uma relação dialética medular, na qual a existência do segundo pressupõe a existência do primeiro, tendo sua causa primária no “caráter coletivo da produção contraposto à própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2008, p. 156).

Para Wanderley (2004) e Pereira (2001), os problemas sociais só se configuram como questão social quando são reconhecidos e assumidos por um setor da sociedade que tenta, de alguma forma, absorvê-los enquanto demanda política, problematizando-os em seus conflitos e tensões.

Somente quando em torno de uma problemática social há embate societário, confronto de interesses opostos, correlação de forças antagônicas, pode-se identificá-la como questão social.

2.3.3 Interfaces entre a Questão Ambiental, a Questão Social e o Serviço Social

Uma das novas configurações assumidas pela questão social atualmente é a degradação ambiental. Ao ocupar posição central nas arenas de discussão da sociedade, a temática ambiental ganhou visibilidade social, se enveredando pelos movimentos sociais sob a face do novo ecologismo¹⁵, sendo incorporada não só por instituições governamentais, mas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) e instituições privadas.

Expandindo-se para diversificadas áreas, a temática ambiental é introduzida ao lado de outros temas como a pobreza e as formas de exploração do trabalho, problemas urbanos de

¹⁵ De acordo com Diegues (2001, p. 40), esse novo ecologismo foi profundamente marcado pela futurologia, pelo profetismo alarmista: o futuro incerto do planeta; o esgotamento dos recursos naturais; a superpopulação humana; a poluição ecocida; as tecnologias opressivas, a guerra nuclear; a ciência dominada pela tecnocracia. As contrapropostas ecologistas foram feitas na direção de uma sociedade libertária, constituídas de pequenas comunidades auto-suficientes, utilizando uma ciência, um trabalho e uma tecnologia não alienante e a afirmação da sociedade civil em contraposição a um Estado centralizador.

moradia e crescimento desordenado do espaço urbano, sendo incorporada pelo discurso dos trabalhadores rurais na luta pelo fim da propriedade privada da terra, principalmente no que se refere aos grandes latifúndios. De acordo com Chesnais (2003):

É impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias, notadamente dos que vivem nos países ditos do Sul, sob dominação imperialista. Também é impossível dissociar as formas econômicas da dominação e da violência de suas formas políticas e militares. Tomadas em seu conjunto, as destruições ambientais e ecológicas e as agressões contra as condições de vida dos proletários são resultado dos efeitos cumulativos de mecanismos secretados pelo funcionamento, há décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea, renovada e quase sem limites do capital financeiro (CHESNAIS, 2003, p. 6).

Identificando-se com os problemas sociais, a temática ambiental transcende as discussões sobre devastação ambiental ou escassez dos recursos naturais ultrapassando-as e assumindo, principalmente no contexto brasileiro, uma intrínseca correlação com a forma desigual pela qual se estabelecem as relações sociais. No entendimento de Castro (1996):

No Brasil as preocupações com o meio ambiente situam-se em saneamento básico inadequado ou inexistente, crescimento populacional, pobreza, urbanização descontrolada, consumo e desperdício de energia, perda de solo agricultável e desertificação, práticas agrícolas inadequadas, substâncias tóxicas perigosas, ineficiente gestão dos recursos hídricos, mineração e garimpos pedratórios, processos industriais poluentes, poluição do ar em áreas metropolitanas; destruição da mata atlântica; devastação do cerrado e da caatinga; queimadas na amazônia; ocupação e destruição dos mangues e outros ecossistemas importantes (p. 29).

No que tange ao campo ambiental a desigualdade se perpetua, a apropriação privada dos recursos existentes na natureza, bem como a maior exposição da população pobre aos riscos ambientais dá origem ao que Acsehrad (2009) chamou de desigualdade ambiental, afirmando que a mesma configura-se no Brasil como uma expressão da desigualdade social.

Segundo o autor, a degradação ambiental tem sua gênese na desigualdade social. Ao concentrar nas mãos de uma minoria os benefícios do uso dos recursos naturais e ao possuir o poder de direcionar os “custos ambientais” para a população pobre estabelece-se uma relação de desigualdade e injustiça social e ambiental ocasionando uma pressão sobre o meio ambiente.

Desta forma, somente se poderia pensar em proteção do meio ambiente ou em igualdade ambiental com a promoção da justiça social.

Pois a exploração ambiental das populações mais desprotegidas faz da concentração dos males sobre os mais pobres um meio de extração de uma espécie de mais-valia ambiental pela qual os capitais se acumulam pela apropriação dos benefícios do ambiente e pela imposição do consumo forçado de seus efluentes indesejáveis aos mais pobres. Configura-se assim uma relação lógica entre a acumulação de riqueza e a contaminação do ambiente: certos capitais lucram com a transferência dos males ambientais para os mais desprotegidos (ACSELRAD, 2009, p. 77).

Para Foladori (2001), o controle dos meios de produção determina, não só o acesso e utilização dos recursos naturais, mas também remete à responsabilidade sobre os reflexos resultantes desta utilização. Em suas próprias palavras:

De acordo com o controle que uma classe tenha sobre os meios de produção, tanto o acesso à natureza e sua utilização quanto a responsabilidade sobre os resultados imprevistos por seu uso serão diferentes. Na sociedade capitalista, o acesso à natureza por quem representa a propriedade da terra e das fábricas e por quem somente dispõe de sua força de trabalho para viver não é o mesmo. As possibilidades de transformar o meio ambiente de modo planetário, como se colocam hoje em dia, estão nas mãos dos donos das fábricas que poluem a atmosfera, que fabricam automóveis movidos a energia fóssil, que produzem alimentos e matérias-primas utilizando insumos tóxicos e não biodegradáveis, que produzem armamento, que obtêm seus lucros com a geração de energia nuclear, que saqueiam os mares para incrementar seus lucros etc. A responsabilidade por essas ações não pode ser atribuída à espécie humana, que não dispõe de meios para produzir, que não representa o capital, mas tão-somente sobrevive da utilização de sua própria força e intelecto biológico (FOLADORI, 2001, p. 207).

Desta forma, configura-se também no campo ambiental uma injustiça que se estrutura, não só na apropriação dos recursos naturais, mas também na distribuição dos riscos inerentes a forma com que vêm sendo explorados.

A injustiça ambiental representaria então, o modo como as populações mais vulnerabilizadas social e culturalmente, sofreriam os efeitos da danosa relação entre homem e meio ambiente oriunda da sociedade capitalista contemporânea (ACSELRAD, 2004).

Injustiça que se traduz não só socialmente como espacialmente, determinando o que Kowarick (1993) chamou de *espoliação urbana*¹⁶, segundo a qual a população carente é expulsa para locais insalubres de encostas e áreas de proteção ambiental, frente ao desordenado processo de urbanização das cidades e as desigualdades sociais que imputam a

¹⁶ O autor definiu *espoliação urbana* como “a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que conjuntamente ao acesso à terra e a moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação recorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta deste” (Kowarick, 1993, p. 22).

esta parcela da população a destituição e precariedade que se expressa sob várias formas, uma delas, o acesso à moradia digna.

A produção do espaço gera, portanto, zonas que por causa do preço da terra só podem ser destinadas às camadas de maior poder aquisitivo: nelas a um custo econômico alto corresponde um ônus social medido em termos de infra-estrutura e serviços público – praticamente nulo. Por outro lado, nas zonas onde esses elementos são praticamente inexistentes – que são as únicas a que a população pauperizada tem acesso - custo econômico é relativamente baixo, mas em contrapartida o ônus social medido em termos de espoliação urbana é extremamente alto (KOWARICK, 1993, p. 27-28).

Contrapondo-se a injustiça ambiental, surgiu o Movimento de Justiça Ambiental. Este teve sua origem na década de 80 nos Estados Unidos, opondo-se à destinação dos resíduos tóxicos e indústrias químicas e poluentes que em geral eram direcionados às proximidades dos locais de moradias da população negra, ocasionando à mesma um maior grau de exposição a essas substâncias, atribuindo um recorte racial à questão ambiental denominado racismo ambiental.

Mais tarde estendeu-se à integração das dimensões sociais, reconhecendo que os impactos ambientais estão desigualmente distribuídos, não só por raça, como também por renda, assumindo centralidade na luta pelos direitos civis.

Na década de 90, o movimento de justiça ambiental se consolidou internacionalmente, ultrapassando os limites locais e nacionais e expandindo-se como uma rede multicultural e multirracial (ACSELRAD, 2009).

O conceito de justiça ambiental foi definido por este movimento da seguinte forma:

É a condição de existência social configurada através do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais ou municipais, bem como das conseqüências resultantes da ausência ou omissão destas políticas (BULLARD apud ACSELRAD, 2009, p. 16).

Assim, há uma inequidade quanto aos reflexos sociais dos riscos da devastação ambiental, sendo, portanto, tal discussão uma temática que não pode ficar restrita à

preservação dos recursos naturais, ou a busca de formas menos nocivas de exploração do meio ambiente por meio das denominadas tecnologias limpas.

A justiça ambiental perpassa as questões da pobreza e das necessidades sociais, da forma em que se estrutura e se regem as relações da sociedade atual, levando assim a uma permanente, íntima e necessária correlação desta com a questão social, já que, conforme Acelrad (2009), a pobreza, assim como a desigualdade social estão na raiz da degradação ambiental.

A pobreza não é um fenômeno inscrito na natureza das coisas, mas sim um produto de processos sociais precisos de despossessão (da terra, dos instrumentos de trabalho, de capital cultural, enfim, dos meios que permitam a reprodução das condições de existência), disciplinamento (dos corpos e mentalidades) e exploração (da força de trabalho) para a produção de bens e riquezas que são apropriados por outrem. Esse esquema, grosso modo, é um dos motores da desigualdade social e, conseqüentemente, da pobreza, seu efeito mais visível. Assim a pobreza não é um estado, mas um efeito, fruto de um processo social determinado e com características próprias. Do mesmo modo, a desigualdade ambiental nada mais é do que a distribuição desigual das partes de um meio ambiente injustamente dividido (ACSELRAD, 2009, p. 76).

Desta forma existem nexos centrais entre a questão ambiental e a questão social. Ambas possuem sua gênese e conformação a partir do modo de produção e reprodução capitalista e suas formas de exploração e dominação.

A questão ambiental, uma das configurações da questão social na contemporaneidade, tem um recorte, classista e social, onde a população pobre é, não só submetida de forma mais insidiosa aos riscos negativos da degradação ambiental, como também expropriada de qualquer direito de escolha ou decisão sobre a apropriação, exploração e uso dos recursos naturais existentes, numa forma de alienação própria e inerente a constituição desta sociedade.

Assim, tanto pela ligação medular entre questão social e ambiental, quanto pela força da disseminação do debate na sociedade, a questão ambiental configura-se como tema de interesse e campo de atuação, estudo e investigação do Serviço Social, já que, conforme Iamamoto (2008, p. 160), o assistente social é um profissional que “trabalha com as múltiplas dimensões da questão social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos”.

2.3.4 Questão Ambiental, Tema de Serviço Social?

Ao se afirmar que o assistente social trabalha com as múltiplas manifestações da questão social, entretanto, surge uma problemática que acompanha a profissão ao longo de sua conformação: afinal, qual a natureza desta profissão? O que a particulariza? Há no trabalho do assistente social uma especificidade? Qual seu objeto?

A resposta para estas perguntas possui dimensões objetivas e subjetivas com relação direta no campo de trabalho deste profissional, já que determinam suas possibilidades de atuação e apropriação dos diversos campos de conhecimento e intervenção.

O debate a cerca da especificidade profissional data do final da década de 70, estendendo-se até os dias atuais. As mudanças societárias e no mundo do trabalho colocaram para os assistentes sociais a necessidade de afirmar-se enquanto trabalhador socialmente útil, fazendo com que não abandonassem a busca por esta resposta, atribuindo ao debate visibilidade nas arenas de discussão da profissão ainda hoje (COLMAN, 1994).

Sem atingir um consenso, a busca por uma identidade profissional culminou em posicionamentos diversos e diferenciados sendo inegáveis as contribuições dos diversos autores para uma reflexão sobre o papel deste profissional na sociedade.

Procurando dotar a profissão de um estatuto científico e teórico as entidades representativas das unidades de ensino (ABEPSS/CEDEPSS) também contribuíram para a discussão sobre a natureza da profissão através dos debates estabelecidos a cerca da necessidade de revisão curricular consubstanciados na Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional.

Estabeleceu-se aqui algumas destas contribuições com vistas a entender porque é passível ao assistente social se apropriar de vários campos de trabalho e conhecimentos, dentre os quais, a questão ambiental.

Segundo Faleiros (2007), criou-se no interior da profissão uma crise de identidade¹⁷ sobre a atividade do assistente social, tornando-se a redescoberta da especificidade uma questão central da prática profissional, ao mesmo tempo que extremamente complexa.

¹⁷ A aludida crise de identidade do Serviço Social ventilada por Faleiros culminou no chamado Movimento de Reconceituação. Tal movimento foi marcado pela heterogeneidade e diversidade de propostas e críticas quanto aos rumos e direcionamentos a serem aderidos pela profissão. Diferenciação que não se restringia a opção política ou ideológica de seus protagonistas, mas também aos diferentes contextos sociais, econômicos e políticos no qual estavam inseridos. Como fenômeno latino-americano, tem seu surgimento em meados de 1960 nos países de língua espanhola, num processo de crítica ao tradicionalismo profissional, aos fundamentos ideológicos, às raízes sócio-políticas e a direção social da prática profissional (IAMAMOTO, 1998).

Ficamos na disputa entre a afirmação da especificidade do Serviço Social na relação inter-subjetiva concreta e sua negação na visão mais abstrata e genérica. Essa negação da especificidade é um dos problemas que vivemos na prática, inclusive criando-se uma crise de identidade da profissão (FALEIROS, 2007, p. 85).

Ainda segundo o mesmo autor, não se pode definir a questão social como objeto do Serviço Social devido a sua amplitude. Afirmou que no Serviço Social, a noção de questão social é tomada de forma muito genérica e não pode ser utilizada para se definir uma particularidade profissional:

Se for entendida como sendo as contradições do processo de acumulação capitalista, seria, por sua vez, contraditório colocá-la (a questão social) como objeto particular de uma profissão determinada, já que se refere as relações impossíveis de serem tratadas profissionalmente, através de estratégias institucionais/relacionais próprias do próprio desenvolvimento das práticas do Serviço Social. Se forem as manifestações dessas contradições o objeto profissional, é preciso também qualificá-las para não colocar em pauta toda a heterogeneidade de situações, que, segundo Netto, caracteriza, justamente o Serviço Social (FALEIROS, 2001, p. 37).

Faleiros (2007) trouxe a concepção da intervenção profissional inserida no processo de dominação/resistência, conflito/consenso; na correlação de forças entre grupos sociais que se posicionam conforme determinados projetos societários, fundados nas relações de exploração e poder.

Centrou suas discussões no assistente social como mão-de-obra assalariada, sendo as instituições do Estado seu lócus de trabalho.

Para Faleiros, a intervenção profissional é perpassada pela confrontação de interesses, recursos, energias, conhecimentos, indo além do relacionamento e da solução imediata de problemas utilizando-se recursos, no contexto das relações sociais. Em suas palavras:

O objeto da intervenção do Serviço Social, [...] se constrói na relação sujeito/estrutura e na relação usuário/instituição, em que emerge o processo de fortalecimento do usuário diante da fragilização de seus vínculos, capitais ou patrimônios individuais e coletivos (FALEIROS, 2007, p. 44).

Para embasar sua afirmativa sobre o objeto da intervenção profissional, o autor utilizou a noção de *empowerment*: o fortalecimento da ação do sujeito para a mudança da ordem instituída, como agente ativo do processo de transformação social, por meio do processo de articulação de recursos, imaginário e redes disponíveis de relações sociais.

Segundo Faleiros (2007), há na relação profissional uma contradição, pois, se por um lado possibilita o reforço da acumulação e dominação, de outro, contribui para o fortalecimento das organizações populares por meio da utilização do conhecimento (saber profissional).

Assim, segundo o autor, as instituições entendidas como campo de luta, de relações de dominação/resistência, possibilitam ao assistente social condensar as forças sociais e mediações complexas, fazendo uma ligação entre os grupos de exclusão, as instituições e a sociedade local (redes sociais). É assim que Faleiros (2007) valorizou o papel do assistente social nas instituições. Por meio da possibilidade que o profissional possui de articular estratégias de intervenção utilizando-se de mediações das relações institucionais contraditórias. Assim, são centrais, para este autor, os conceitos de mediação e correlação de forças, com vistas a identificar a especificidade profissional.

Outro esforço no sentido de decifrar a natureza do trabalho do assistente social foi elaborado por Yasbeck (1999), a qual desenvolveu seu pensamento por meio do entendimento da profissão como um tipo de intervenção mediadora na relação entre Estados e setores excluídos/subalternizados da sociedade. Tal mediação é exercida por meio de políticas públicas de assistência social.

Segundo Yasbeck (1999), a assistência tornou-se uma mediação fundamental para o exercício profissional. Nesta condição de mediador o assistente social desenvolve uma dupla função: a de mediar as necessidades dos usuários com os serviços assistenciais e uma função de caráter sócio-educativa, cuja finalidade é informá-los sobre seus direitos. Conforme a autora:

O assistente social, reconhecido como “profissional da assistência, insere-se no interior dos equipamentos sócio-assistenciais como mediador entre Estado, instituição e classes subalternas no atendimento aos segmentos empobrecidos e subalternizados da sociedade. Participa junto com outros agentes, na criação de condições para a “reprodução social das classes subalternas” por meio da viabilização de serviços sociais e de uma “atuação sócio-educativa” junto a essas classes, implementando políticas sócio-assistenciais. [...] Assim, o campo próprio de trabalho do assistente social tem na administração e na execução e ações assistenciais um espaço fundamental (YASBECK, 1999, p. 96).

Iamamoto (2008) realizou um debate diferenciado sobre a profissão, tendo como central a categoria trabalho. A contribuição da autora consistiu em identificar as particularidades da profissão entendendo-a como uma especialização do trabalho, abordado

em sua dupla dimensão: concreto e abstrato¹⁸ inserido e determinado pelo processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Segundo a autora:

Transitar da análise da profissão para o seu efetivo exercício agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado (IAMAMOTO, 2008, p. 214).

Enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, o assistente social se apresenta como profissional assalariado e apesar de ser regulamentado como uma profissão liberal é no âmbito do Estado e dos organismos privados que se apresentam seus maiores espaços ocupacionais.

Como profissional assalariado que vende sua força de trabalho, o assistente social em sua vida cotidiana, encontra-se nas mesmas condições que qualquer trabalhador; suas relações são condicionadas pelas relações capitalistas de produção e reprodução, um profissional que está sujeito a cooptação, a alienação, mas também a superação de ambas e que dispõe de uma relativa autonomia¹⁹ no direcionamento de sua prática profissional, a qual está condicionada e regulada não só por um contrato de trabalho que lhe atribui imposições práticas e objetivas com aqueles que o contratam, mas também por condições subjetivas inerentes às relações sociais que estabelece com seu público alvo e com seu projeto profissional, bem como com os condicionantes políticos e econômicos que acompanham o desenvolvimento histórico-social e econômico do contexto no qual se insere (IAMAMOTO, 2008).

Segundo a autora, situar o trabalho do assistente social na trama das relações sociais significa afirmar que os processos sociais têm rebatimentos diretos no exercício profissional, onde as transformações societárias impõem necessidades sociais renovadas e redimensionadas de acordo com os contextos históricos que as determinam. Por outro lado, há também a dimensão ético-política²⁰ da profissão que supõe o compromisso com determinado projeto societário atribuindo à mesma uma visão de mundo. Em suas palavras:

¹⁸ A literatura especializada define trabalho concreto como aquele que satisfaz determinada necessidade social, de uma determinada qualidade, que tem um valor de uso. Já o trabalho abstrato refere-se ao valor de troca, parte do trabalho social médio, pensado em sua quantidade.

¹⁹ A relativa autonomia consubstancia-se no fato de ser o Serviço Social regulamentado como uma profissão liberal, a qual dispõe de aparatos jurídicos institucionais (código de ética profissional, legislação da profissão) que lhe conferem a possibilidade de atribuir ao seu exercício profissional uma direção social, mesmo diante das imposições objetivas (contrato de trabalho) que lhe são impostas pela condição de trabalhador assalariado.

²⁰ O Serviço Social dispõe de um código de ética profissional construído com base no processo histórico vivenciado pelos profissionais e cujos princípios estabelecem o compromisso com a classe trabalhadora.

Se os processos que ocorrem na vida em sociedade impõem limites e descortinam potenciais alternativos para o exercício profissional, eles têm que ser apropriados e elaborados pelos agentes profissionais, configurando-se como desafios na esfera da ação e da produção de conhecimentos, de modo a se transformarem em propostas de trabalho e de pesquisa. Em outros termos, aquelas possibilidades emergentes na trama das relações sociais têm uma refração na órbita profissional permeada por inúmeras mediações até se moldarem como respostas de cunho teórico e técnico-político no campo profissional, seja ao nível da produção científica, seja ao nível das estratégias da ação profissional. Assim, se a profissão dispõe de condicionantes sociais, que ultrapassam a vontade e a consciência de seus agentes individuais, ela é também fruto dos sujeitos que a constroem coletivamente, forjando respostas profissionais (IAMAMOTO, 2008, p. 221).

Outras contribuições para se pensar a profissão foram elaborados por Netto (1996), com a tese do sincretismo, Abreu (2002), com a tese da função pedagógica, e Costa (1995), com a tese da proteção social.

As antes mencionadas instituições representativas das unidades de ensino (ABEPSS/CEDEPSS) também envidaram esforços no sentido de atribuir à profissão um estatuto teórico e metodológico por meio de debates estabelecidos a cerca da constituição de um conjunto de saberes indispensáveis à formação do assistente social encerrados no projeto de reforma curricular.

De acordo com este projeto, o fundamento da formação profissional é a realidade social, apreendida em sua contraditoriedade, tendo seu eixo no vínculo entre a profissão e as novas configurações da questão social.

É a partir do entendimento de que a prática profissional se apresenta como uma forma de trabalho e a formação profissional como um processo de qualificação teórico-metodológico e técnico ético-político que dá substância para seu exercício, que a revisão curricular relaciona-se e faz parte da busca por um estatuto teórico e metodológico capaz de definir as particularidades da profissão.

Historicamente, o debate sobre o Serviço Social vem demarcando a necessidade de se qualificar um conjunto de elementos tidos como constitutivos da profissão: objeto, objetivos, papéis e funções, instrumento e técnicas de atuação, dimensões técnico-operativas e teórico-metodológicas do fazer profissional. Tais elementos são aqui reconhecidos, porém apreendidos como constitutivos do processo de trabalho do assistente social. Essa mudança de apreensão e análise da prática profissional, como forma de trabalho, permite articular organicamente os elementos presentes em quaisquer processos de trabalho especializado e, ao mesmo tempo, as particularidades que eles assumem no Serviço Social (ABEPSS/CEDEPSS, 1995, p. 162).

Esta busca pela especificidade profissional possui uma dupla dimensão. Se por um lado, demonstra ser ainda uma inquietude para os assistentes sociais, tornando-se a não especificidade um obstáculo para se afirmarem enquanto profissionais detentores de um campo de atuação e conhecimentos específicos, o que tem rebatimentos em seu campo de trabalho culminando em uma luta diária pela apropriação de novas competências, ao lado de outros profissionais. De outro, apresenta-se como possibilidade para extensão de sua atuação e de sua área de conhecimento, pois ao eleger as expressões da questão social como seu objeto de intervenção, abrem-se suas perspectivas, já que tais expressões são determinadas por diferentes contextos históricos e sociais.

Atualmente há um consenso estabelecido por parcela majoritária do universo profissional e das instituições tanto as de ensino e pesquisa como as de representação da categoria, com preponderância da apreensão do Serviço Social como profissão situada na divisão do trabalho, com foco no seu significado social no processo de reprodução das relações sociais, tendo nas múltiplas manifestações da questão social seu objeto de trabalho (IAMAMOTO, 2008)

Tanto o debate da categoria profissional, quanto das instituições de ensino e pesquisa, ao externalizarem sua preocupação em atribuir uma particularidade ao trabalho do assistente social e ao envidarem esforços para o aprofundamento da qualificação teórico-metodológica, e de sua fundamentação histórico-social, projetam desafios aos profissionais, que diante das transformações societárias inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista impõe ao assistente social novas demandas, que exigem profissionais qualificados com capacidade, não só de executar, mas de propor, planejar e gerir programas e projetos sociais (IAMAMOTO, 1998).

É neste contexto que o assistente social se vê compelido a ampliar suas alternativas de atuação profissional, sentindo a necessidade e sendo chamado a atuar e ocupar espaços de trabalho os mais diversos possíveis, dentre os quais a questão ambiental.

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação, etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos (IAMAMOTO, 1998, p. 41).

Enquanto um campo de interesses contraditórios e antagônicos, a questão ambiental se apresenta aos assistentes sociais como uma das particularidades assumidas pela questão social na contemporaneidade, por isso, passível de apropriação e discussão.

3 OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo identificar como o debate ambiental é abordado pelos assistentes sociais, utilizando-se fragmentos dos textos retirados dos CBAS, visando ilustrar de que forma esta temática vem sendo incorporada. Além disso, buscou-se realizar uma análise crítica, com o intuito de contribuir com o debate ambiental no Serviço Social, além de responder aos questionamentos impostos no início desta pesquisa.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 MÉTODO

Esta pesquisa buscou traçar uma discussão crítica sobre as influências absorvidas pelo Serviço Social sobre o debate ambiental, propiciando uma reflexão que possa descortinar novos rumos ou quem sabe corroborar com os caminhos que vêm sendo percorridos pelo Serviço Social na temática em questão. Buscou-se para tal, a análise dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), evento trienal que reúne profissionais, estudantes e pesquisadores de todo o Brasil e que expressa, portanto, os principais conteúdos que vêm sendo apropriados pelo universo profissional e acadêmico (NETTO, 2005), vislumbrando tendências, preocupações e centralidades colocadas em pauta pelos assistentes sociais com base na realidade vivenciada e nas novas formas adquiridas pela questão social na contemporaneidade.

Optou-se, pelo referencial teórico de base marxista, já que o mesmo propõe uma aproximação com a realidade e, ao mesmo tempo, reconhece o movimento desta realidade, não tendo, portanto, o objetivo de esgotar o tema proposto, mas apenas, se apropriar de sua concreticidade.

Tal escolha pretendeu desvendar do fenômeno sua essência, entender o fato social em sua totalidade, em sua historicidade, em sua relação recíproca com o todo, em seu movimento contraditório.

A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dada uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las) (KOSIK, 1976, p. 36).

A escolha pelo referencial marxista se transformou em um desafio já que muito se tem discutido sobre a contemporaneidade de suas obras. Entretanto, a atualidade de seus estudos pode ser discutida tomando-se a renovação executada pelos diversos autores (Luckács, Gramsci, Konder, Mézaros, Harvey, Coutinho, Foster, entre outros) que vêm, ao longo do tempo, se debruçando sobre eles.

A renovação e atualização de suas teorias foram sendo construídas e elaboradas por diversos campos do conhecimento, demonstrando que se alguns de seus conceitos hoje não são suficientes para abarcar toda a diversidade da sociedade capitalista contemporânea com todas as complexidades oriundas das transformações societárias e do mundo do trabalho, ainda suporta a realização de uma análise crítica a respeito das relações sociais de produção e reprodução que se estabelecem na sociedade propiciando uma aproximação com a realidade, ainda que esta seja sempre maior e mais complexa do que podemos abstrair ou desvendar.

Conforme afirmou Yamamoto (2008, p. 235), “no campo da tradição marxista, verifica-se uma preocupação em incorporar as contribuições de Marx não ‘evangelicamente’, mas como um ‘manancial inesgotável de sugestões’ que necessitam ser atualizadas por meio da pesquisa histórica criadora a partir das condições particulares da sociedade brasileira”.

Loureiro (2002), Waldman (1998), entre outros, apesar de ressaltarem a validade dos estudos de Marx para elucidação da problemática ambiental, apontaram uma tímida contribuição, identificando, até mesmo, uma “lacuna ambiental”.

Contradizendo a existência de tal “lacuna”, autores como Foster (2005), Foladori (2001) e Chesnais (2003), esclareceram que a principal contribuição de Marx para o debate ambiental consiste na recuperação do conceito de falha metabólica.

Como método investigativo foi utilizada a pesquisa qualitativa, já que o intento do estudo foi esclarecer as motivações que levaram o debate ambiental a inserir-se no campo de debate do serviço social, visando reconhecer, elucidar e contribuir para tal debate.

Segundo Minayo (1994, p. 22), tal método de investigação “trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variável”.

Os procedimentos metodológicos adotados compuseram-se em um conjunto de ações, guiados, tanto pelos referenciais teóricos adotados e dados coletados por meio da pesquisa documental, baseados nos trabalhos apresentados nos CBAS, quanto pelo interesse da pesquisadora, bem como pelo arcabouço proveniente da formação profissional, cujas diretrizes e matizes profissionais não passam despercebidas. Conforme Cardoso (1971):

O sujeito empírico, antes de ser um definidor de situações, aparece como um portador. De um lado, em que o processo é inconsciente, é portador de uma cultura - que lhe dita os hábitos, as maneiras de proceder, as normas a seguir, as preferências, etc; de uma linguagem que lhe estrutura pensamento. De outro lado, em que ele atua conscientemente, é portador de tudo aquilo que ele já “sabe” a respeito da coisa: através da experiência passada, individual, dos grupos e da sociedade, no que dela ficou guardada na memória, constituindo as prenoções e através das teorias codificadas que lhe servem de apoio, fornecendo-lhes as noções a respeito do que procura, conceitos, relações, precisões. Tendo isso em conta, o sujeito aparece como portador de um projeto. É com este projeto, que não tem a característica de ser privativo seu, mas de ser a forma de atualização da teoria que o produz, que ele conduz e realiza a experiência. Longe de se neutralizar, ele desempenha o papel de ativar a teoria. Na experiência, ele cria as condições, cria o objeto; ela não é algo que aconteça e que seja observado de fora mas, sim, é algo produzido, seja no laboratório, sob condições ideais, seja na realidade, com controle relativo e parcial (p. 6).

Buscou-se identificar os principais eixos temáticos construídos a partir da discussão sobre a temática ambiental no Serviço Social, em que instituições este debate vem sendo privilegiado e qual influência vem absorvendo. A importância de tal estudo se embasou na possibilidade de apropriação de um vasto campo de conhecimento e atuação profissional, espaço que vem sendo ocupado e que por sua interseção com a questão social se apresenta como campo atrativo ao assistente social, que é chamado a atuar cada vez mais em suas manifestações e que demanda cada vez mais conhecimento, discussão e qualificação, objetivos que só serão estabelecidos por meio da pesquisa e estudo aprofundado sobre o tema, o qual foi intento contribuir por intermédio desta pesquisa.

4.2 COLETA DE DADOS

Buscou-se, em um primeiro momento, levantar os cursos de mestrado e doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), visando identificar aqueles que possuíssem como linha de pesquisa a questão ambiental. Para tanto realizou-se o acesso, no dia 22 de setembro de 2008, ao *site* da CAPES (www.capes.gov.br/cursos), no qual foram identificados 24 cursos entre mestrado e doutorado. No dia 23 de setembro de 2008, um e-mail foi enviado para o endereço eletrônico destes cursos, a fim de que fossem obtidas informações sobre a grade de disciplinas e sobre a linha de pesquisa. Dos 24 cursos consultados, apenas três responderam ao e-mail e afirmaram não possuir nenhuma pesquisa em andamento na referida

área. Diante da ausência de informações, optou-se pela investigação do tema por meio de levantamento dos eventos científicos realizados pela categoria profissional.

Pensou-se então, nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), tentando-se contatar, via e-mail, no dia 13 de novembro de 2008, as diretorias regionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) solicitando os dados. Das regionais levantadas no *site* da ABEPSS (www.abepss.org.br), apenas três responderam, informando que não possuíam o material solicitado.

Também foi tentado o contato com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de Juiz de Fora, que respondeu não possuir todo o material necessário.

Optou-se, então, pela análise dos anais dos CBAS, um evento de grande importância para a profissão, que além de sua relevância histórica²¹, em muito vem contribuindo para o amadurecimento teórico-metodológico e profissional do Serviço Social brasileiro. A opção, por não se priorizar o meio acadêmico não se constituiu em uma escolha aleatória, se deu principalmente por ser o Serviço Social uma profissão historicamente prática²² (IAMAMOTO, 1998), sendo a produção intelectual e o desenvolvimento de pesquisas um campo em construção que vem evoluindo ao longo das últimas décadas, mas que enfrenta dificuldades face ao sucateamento das universidades públicas e suas implicações na qualidade do ensino superior, frutos da subordinação da educação à acumulação do capital (IAMAMOTO, 2008).

Conforme Netto (2005), o CBAS tornou-se uma arena de discussão e troca de experiências que congrega profissionais, estudiosos e pesquisadores de todo país, possibilitando uma visão mais geral da entrada da temática ambiental no Serviço Social como um todo, não só atendo-se à projetos científicos, mas também à projetos técnicos, trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa, etc., compondo-se em um amplo espectro da realidade profissional, uma amostra capaz de representar o universo de interesse da profissão, condizente com o que Minayo (1994) definiu como uma boa amostra: aquela que possibilita atingir a totalidade do problema que está sendo investigado em suas múltiplas dimensões.

Sendo definido o CBAS como campo de pesquisa, os anais dos trabalhos como fonte para coleta de dados, e tendo ainda por base o referencial teórico adotado foram

²¹ O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais conhecido como “congresso da virada” ocorreu em 1979 e representou um marco para o direcionamento teórico-político da profissão pois demarcou a ruptura com o conservadorismo, o posicionamento em favor da classe trabalhadora e o advento da tradição marxista como matriz teórico-metodológica da profissão.

²² Historicamente o serviço social não tem uma bagagem na área de construção de conhecimento, ou desenvolvimento de pesquisas, sendo a inserção neste campo uma conquista efetivada ao longo das últimas décadas (IAMAMOTO, 2008).

preliminarmente selecionadas algumas palavras-chave, comumente presentes nos discursos sobre sustentabilidade e sobre a questão ambiental: “meio ambiente”, “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” e “questão ambiental”.

Tais palavras foram pesquisadas nos eixos, sub-eixos, títulos e conteúdos dos documentos dos anais dos CBAS, alguns disponíveis em meio eletrônico ou digitalizados, outros impressos. A tentativa de se definir alguns eixos norteadores partiu da preocupação em atribuir um rigor técnico à pesquisa contemplando a necessidade de se delimitar o universo a ser explorado, atendendo aos critérios de exequibilidade e viabilidade (RUDIO apud MINAYO, 1994), face às diferentes dimensões e temas que se originam da temática ambiental. Estabelecidas tais premissas, prosseguiu-se a coleta de dados.

No decorrer da coleta de dados, observou-se a necessidade de incluir novas fontes de busca, haja vista o reconhecimento de alguns trabalhos que, apesar de não apresentarem nenhuma das palavras-chave inicialmente estabelecidas, remetiam à temática ambiental como, por exemplo, biotecnologia, reciclagem, socioambiental.

O eixo sobre questão urbana também teve que ser incluído na fonte de dados para a pesquisa já que algumas temáticas se apresentaram congruentes com a temática ambiental e por perceber-se que, no início, a questão ambiental não foi reconhecida como um assunto cuja abordagem contemplasse um eixo principal, foi alocada em outros eixos, como constatado ao longo da pesquisa.

A necessidade de tais adequações ao longo do processo investigativo demonstrou que o debate ambiental, conforme afirmou Carvalho (2002), comporta múltiplas interpretações e clivagens, as quais se reproduzem no Serviço Social, demonstrando um amplo leque de abordagens e de correlações com diferentes eixos de discussão e interesses. Também demonstrou ser o processo investigativo algo dinâmico e passível de mudanças, sendo desenvolvido de acordo com a realidade encontrada e com o acúmulo teórico desenvolvido.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Como ponto de partida para a obtenção dos dados foram identificados os trabalhos apresentados no CBAS, no período de 1992 a 2007, (7º ao 12º Congresso).

Observou-se que a partir do 7º CBAS, ocorrido em 1992, houve menção, ainda que incipiente (apenas um trabalho), à problemática ambiental. A partir daí, pesquisou-se até o 12º CBAS, o qual ocorreu no ano de 2007, sendo constatado um aumento do interesse pelo tema.

Ao todo foram identificados 54 trabalhos que trataram a temática ambiental, ou se reportaram a ela, mesmo que indiretamente, sendo incluídos mesmo aqueles que apenas citaram a questão ambiental ou que de alguma forma abordaram o tema do meio ambiente, já que demonstram, mesmo que timidamente, a inserção da temática no Serviço Social.

Durante o levantamento foi possível perceber um crescimento de tal abordagem pela profissão. A temática ambiental aparece, em geral, correlacionada às questões de desenvolvimento urbano e suas mazelas como saneamento, moradia, áreas de risco ambiental e social, também foram encontrados trabalhos referentes à avaliação dos impactos socioambientais, frutos do desenvolvimento de projetos urbanos, públicos e privados.

Outros trabalhos abordaram a questão da mobilização comunitária, movimentos sociais, educação ambiental, etc. Também foi possível perceber uma preocupação de sinalizar a temática ambiental como universo de trabalho do Serviço Social, por meio de sua correlação, tanto com as relações sociais da sociedade capitalista, como com a questão social.

Não foi o intento desta pesquisa analisar cronologicamente o surgimento da temática ambiental no Serviço Social, já que a mesma se ateve à análise dos documentos apresentados nos CBAS, reconhecendo que existem na profissão outros nichos de discussão e veiculação de saberes e idéias como os ENPESS além de revistas e periódicos²³ que não foram considerados.

Assim, identificou-se, dentro do limite cronológico estabelecido pela presente pesquisa, apenas um trabalho relacionado à temática ambiental no 7º CBAS realizado em

²³ Libertas, Temporalis, Enesso (Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social), CEDEPESS (Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social), Cadernos ABPESS (Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social).

1992²⁴, outro trabalho apareceu em 1995, no 8º CBAS . Nestes anos a questão ambiental não se apresentou como um eixo específico dentro do Congresso devido a escassez de trabalhos apresentados sobre o tema.

A data aludida (1992) mostra-se propícia a ascensão da discussão ambiental, já que ocorreu neste mesmo ano a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, também conhecida como Rio/92, ano em que foi elaborada a Agenda 21²⁵. Foi assinada neste ano a Convenção sobre Mudanças Climáticas em Nova York, sendo mais tarde promulgada no Brasil, no ano de 1998.

Tais eventos propiciaram uma expansão e, portanto, maior apreensão do debate ambiental no cenário brasileiro, despertando o interesse em vários campos de discussão, entre eles no Serviço Social.

Observou-se, então, que a partir de 1998 houve um crescimento de interesse pelo tema, o que pode ser demonstrado pelo aumento de trabalhos e com o surgimento de eixos que, embora não sejam específicos, contemplam a temática ambiental, como foi possível observar com a análise dos demais CBAS, conforme demonstrado a seguir no Quadro 1.

²⁴ Torna-se necessário esclarecer que não estamos aqui delimitando cronologicamente a entrada da discussão ambiental no serviço social na década de 90, mas sim de sua projeção como discussão relevante para a profissão a partir do CBAS, haja visto não podermos afirmar se já existiam ou não práticas anteriores neste campo de atuação profissional ou de pesquisa.

²⁵ Documento que aponta diretrizes para alcançar o chamado Desenvolvimento Sustentável, propondo um “novo” modelo de desenvolvimento que contemple as várias dimensões necessárias à sustentabilidade não só econômica, mas também social e ambiental. Tal documento prevê ações de combate à pobreza, mudanças nos padrões de consumo, proteção e promoção das condições de saúde humana, proteção da atmosfera, combate ao desflorestamento, conservação da biodiversidade, fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades, bem como das ONGs, etc.

CBAS	ANO	EIXO CBAS	TRABALHOS NO EIXO	TRABALHOS COM TEMÁTICA AMBIENTAL
7º	1992	O Serviço Social e o movimento dos trabalhadores na sociedade civil	21	01
8º	1995	Movimentos Sociais e Urbanos na Atualidade	18	01
9º	1998	Questão Urbana e Meio Ambiente	18	04
		Questão Agrária, Questão Indígena e Meio Ambiente	10	01
10º	2001	Questão Urbana, Movimentos Sociais e Meio Ambiente	37	07
		Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente	21	08
11º	2004	Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente e Direito à vida	11	07
		Questão Urbana e Direito à cidade	24	08
12º	2007	Questão Urbana, Agrária e Meio Ambiente	66	17

Quadro 1 – Cronologia do aumento do número de trabalhos apresentados sobre a Questão Ambiental nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (1992-2007).

Fonte: Anais dos CBAS (1992-2007).

5.1.1 Campos Temáticos do Debate Ambiental no Serviço Social

Para nortear os estudos, os trabalhos encontrados foram agrupados em sete campos temáticos: 1) Educação Ambiental; 2) Trabalho e Meio Ambiente; 3) Questão Urbana e Meio Ambiente; 4) Questão Ambiental e Serviço Social; 5) Pobreza e Meio Ambiente; 6) Questão Ambiental, Questão Agrária e Movimentos Sociais, e; 7) Meio Ambiente e Relações Internacionais.

A escolha de tais grupamentos se deu com base nas constatações das principais temáticas abordadas pelos assistentes sociais sobre a questão ambiental, considerando-se, principalmente, a frequência com que os mesmos apareceram, bem como o conteúdo abordado, buscando identificar por que caminhos este debate se insere no universo de interesses da profissão.

A classificação se deu também de acordo com a incidência por assunto nos CBAS (Quadro 2), que são separados por eixos de discussão que se estabelecem de acordo com o conteúdo apontado pelos textos, bem como pela identificação de que no Brasil a questão

ambiental assume configurações diretamente ligadas às problemáticas sociais (CHESNAIS, 2003).

CAMPO TEMÁTICO	Nº DE TRABALHOS POR TEMA	DATA DO 1º TRABALHO APRESENTADO NO CBAS
Questão Ambiental, Questão Agrária e movimentos sociais	12	1992
Educação Ambiental	17	1998
Questão Urbana e Meio Ambiente	11	1998
Questão Ambiental e Serviço Social	6	2001
Trabalho e Meio Ambiente	5	2004
Pobreza e Meio Ambiente	1	2007
Meio Ambiente e Relações Internacionais	2	2007

Quadro 2 – Campos temáticos da discussão ambiental no Serviço Social (1992-2007).
Fonte: Anais dos CBAS (1992-2007).

Visando enriquecer as análises empreendidas, foram selecionados fragmentos dos trabalhos originais apresentados nos CBAS, cujos conteúdos espelham a apreensão do debate ambiental no Serviço Social.

5.1.1.1 Educação Ambiental

No eixo Educação Ambiental foram identificados 17 trabalhos cujos conteúdos dizem respeito principalmente ao trabalho de conscientização junto à população sobre os cuidados com o meio ambiente. O grande interesse que levou inevitavelmente à maior concentração do tema da educação ambiental pelos assistentes sociais não ocorre por acaso, em seu desenvolvimento histórico, a profissão sempre foi requisitada a exercer uma função de cunho educativo/interventivo junto às classes subalternas, ou, nos termos de Yamamoto (2004), sua atuação sempre foi marcada pela dualidade de ser um profissional da coerção e do consenso, cujo principal instrumento de trabalho é a linguagem.

Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às várias expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões (IAMAMOTO, 2008, p. 163).

Com a temática ambiental o assistente social retoma esta função de cunho educativo sendo chamado a atuar na área de conscientização/controlar da população a que atende, apesar das novas atribuições que lhe são impostas pela divisão sócio-técnica do trabalho e pelas novas configurações pelas quais se expressa a questão social na contemporaneidade (IAMAMOTO, 2008) confirmando que coexistem no Serviço Social o arcaico e o novo, em um movimento contínuo e ao mesmo tempo contraditório.

Também é importante salientar que, uma vez que o primeiro trabalho sobre educação ambiental surgiu no 9º CBAS, em 1998, aqui se torna necessário conhecer um pouco sobre a trajetória da educação ambiental e sua emergência como discussão relevante para a sociedade.

Tendo seus primórdios situados em fins da década de 60, a educação ambiental ganhou relevância ao longo da década de 70 sendo impulsionada pelos eventos que a antecederam: Relatório do Clube de Roma, Conferência de Estocolmo, criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), etc.

Em 1975 foi realizado em Belgrado (Iugoslávia) um Encontro Internacional em Educação Ambiental promovido pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), país onde foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) e elaborada a Carta de Belgrado, importante documento que colou a necessidade de reforma dos sistemas e processos educacionais para uma nova ética de desenvolvimento, de acordo com os preceitos trazidos pela Conferência de Estocolmo, mas sua grande contribuição constitui-se na proposta de um programa mundial de educação ambiental. Em 1977, ocorreu a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi organizada pela UNESCO em conjunto com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), na qual foram definidos os objetivos, as características e as estratégias em nível nacional e internacional para a Educação Ambiental (EA) (DIAS, 1993).

Em 1979 foi realizado o Seminário de Educação Ambiental para a América Latina na Costa Rica. A década de 80 prosseguiu com a efetivação da inclusão da educação ambiental como conteúdo necessário no processo de formação educacional, sendo em 1988 contemplada no capítulo VI, artigo 225, inciso VI da Constituição Federal do Brasil; ocorrendo no mesmo

ano o Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental no Rio Grande do Sul, estado onde foi criado o primeiro curso de pós-graduação em Ecologia do país, ainda na década de 70.

A década de 90 representou no Brasil um grande avanço no campo da educação ambiental, sendo marcado pela Rio/92. Em 1994 foi elaborada pelo MEC, em conjunto com outros organismos, a proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Em 1998, o MEC realizou uma série de cursos de capacitação de multiplicadores, teleconferências, dois seminários nacionais, além de produzir uma série de vídeos para a TV Escola. Já em 1999 foi promulgada a Lei 9795 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil (Portal MEC).

Assim, é possível constatar que a década de 90 se apresentou propícia ao aparecimento da temática sobre educação ambiental no Serviço Social já que se configurou como tema relevante, no contexto das discussões sobre a questão ambiental no cenário nacional.

Quanto à identificação dos valores e concepções que foram absorvidos sobre a proposta de educação ambiental pelos assistentes sociais pode-se observar nos trechos a seguir retirados de alguns trabalhos apresentados que a mesma foi entendida como algo dinâmico, que comporta condicionantes econômicos, sociais e políticos.

A Educação Ambiental não pode ser um elemento isolado, ou objeto de uma política segmentada, ela faz a interface com vários outros aspectos como a educação, a saúde, a moradia, o desenvolvimento econômico, a cultura, o lazer, as etnias, as minorias, e tudo que diz respeito à vida (10º CBAS – Educação Ambiental: uma proposta de participação comunitária junto aos programas de desenvolvimento urbano).

No entanto, tomar a educação ambiental como única saída para a devastação ambiental é uma visão reducionista que individualiza a responsabilidade pela destruição dos recursos naturais, colocando-a como oriunda do consumo e deslocando-a da discussão sobre a produção, circulação e valoração de bens e serviços, ou seja, das relações sociais mais gerais da sociedade. Esta abordagem também é realizada pelos assistentes sociais, quando expõem:

Trata-se de desenvolver uma concepção de Educação ambiental que considere a história de cada país, que faça uma interlocução com os problemas reais da população. As crianças do ensino fundamental devem aprender que a destruição da fauna e da flora e a miséria em que elas vivem não são fenômenos naturais, mas causados por um modelo perverso que concentra riquezas, provocando desequilíbrios ambientais e sociais. É necessário, pois, desmistificar a idéia de que cidadania é fazer coleta seletiva do lixo ou plantar uma árvore em campanhas ecológicas como ensina os livros didáticos que tratam do assunto ambiental. Isso porque a maioria dos conceitos que definem a educação ambiental traz, na sua formulação, a noção de cidadania que vem sendo apropriada tanto pelos movimentos populares/ONGs/partidos da esquerda bem como, pelos segmentos da direita política (10º CBAS – Os paradoxos da Educação Ambiental: notas reflexivas para o debate).

5.1.1.2 Trabalho e Meio Ambiente

No eixo Trabalho e Meio Ambiente foram relacionamos todos os trabalhos que dizem respeito à problemática do trabalho e sua inter-relação com a questão ambiental num total de cinco trabalhos.

Apesar de ser contestada em sua centralidade por alguns autores que visualizam a “crise da sociedade do trabalho” ou “fim da classe trabalhadora” na sociedade capitalista contemporânea, face ao desemprego estrutural, a flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas, à precarização das condições e relações de trabalho (OFFE, 1989), ou ainda devido à chamada revolução informacional ou terceira revolução tecnológica (GORZ, 1987; KURZ, 1993); alguns autores como Lukács (1972), Antunes (1999) e Lessa (1999), afirmaram a contemporaneidade da categoria trabalho para elucidação dos processos e relações sociais já que atividade inerente ao ser social em suas relações sociais, ou seja, enquanto práxis humana, enquanto interação necessária ao desenvolvimento humano e à satisfação de suas necessidades, que assume novas conformações na sociedade capitalista, mas que continua condicionando as relações de produção e reprodução da sociedade contemporânea (IAMAMOTO, 2008), por isso a importância de se prosseguir a discussão tendo como base tal categoria.

Para Foladori (1999), a análise das raízes da crise ambiental na sociedade capitalista requer o reconhecimento de que a mesma se dá a partir das relações sociais que se estabelecem no modo de produção capitalista, sendo o fenômeno do desemprego, o qual se apresenta hoje de forma estrutural, resultante da depredação da própria sociedade humana. A

pobreza, a degradação ambiental, o aumento populacional, não se constituem como causas, mas sim manifestações oriundas do desemprego estrutural, que por sua vez, é uma manifestação exclusiva das relações sociais capitalistas.

De acordo com a análise do autor, é possível então, estabelecer uma correlação essencial entre a categoria trabalho, a questão ambiental e a questão social, já que ambas têm suas raízes nas relações capitalistas de produção e reprodução.

O assistente social, ao trabalhar com as múltiplas expressões da questão social, tem na categoria trabalho e nas relações sociais que se estabelecem por meio destas, um campo amplo de intervenção (IAMAMOTO, 2008).

Desta forma, as várias expressões e mazelas inerentes ao modo de produção capitalista e sua forma de exploração do trabalho humano, as desigualdades sociais e econômicas, próprias do modelo de acumulação que submete o conjunto da classe trabalhadora a condições de pobreza e miséria, constituem-se nos principais campos de intervenção dos assistentes sociais que atuam através das políticas e programas sociais.

Nos textos analisados, a discussão sobre trabalho e meio ambiente direciona-se à questão do trabalho informal organicamente relacionado ao modelo de exclusão inerente ao desenvolvimento capitalista com a imposição de precarizações das formas e das relações de trabalho (ANTUNES, 2002) e cuja questão ambiental se apresenta como mais um condicionante das transformações no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que representa uma forma de inclusão perversa de um universo de trabalhadores cujas chances de absorção em um mercado de trabalho competitivo e restrito tal qual se apresenta na sociedade contemporânea são ínfimas. Também são contemplados neste eixo temático a questão da avaliação dos impactos socioambientais relacionando-os às condições de vida dos trabalhadores que atuam neste espaço ocupacional e as possibilidades de inclusão social destes indivíduos.

Ao discutir a questão do trabalho, a problemática ambiental surge, direta ou indiretamente, como campo de atuação profissional para o serviço social, sendo abordada inclusive como nova possibilidade de projetos sociais de geração de emprego e renda, bem como a avaliação dos impactos destas ocupações na vida dos trabalhadores e da população atingida pelas ações de empresas na exploração dos recursos naturais.

A inclusão social dos catadores torna-se uma necessidade por dois motivos cruciais: o social, já que o aumento dos catadores nos centros urbanos, em uma situação de exclusão social, precariedade e insalubridade no trabalho, passa a significar um problema social grave que necessita de solução pelo poder público; e o econômico, a partir do momento em que o lixo passa a ser percebido como uma mercadoria, isto é, tem um valor comercial, apresentando-se como uma fonte de renda. Portanto, de uma condição de excluído, os catadores tornam-se parceiros, agentes ambientais imprescindíveis na promoção da triagem, reciclagem, e minimização do impacto ambiental do lixo e, conseqüentemente, para o equilíbrio e o desenvolvimento sustentável do meio ambiente (12º CBAS – A inclusão social dos catadores: um indicador de avaliação da gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos).

Na contemporaneidade, de modo geral diversos desafios despontam no horizonte e, em particular, para os trabalhadores que atuam na informalidade em relação às questões sócio-ambientais. Sob manto de múltiplas interpretações estas ganham a centralidade nos debates ou são obscurecidos sob a dinâmica do jogo de forças políticas. Diante da complexidade que envolve tais questões, emerge a figura do catador de material reciclável, que debaixo de sol e chuva, empurrando carrinhos lotados de latinhas, papelão, garrafas pet e outros, inventou uma nova forma de sobrevivência na cidade e no excludente mercado capitalista. Esses trabalhadores são homens e mulheres, que selecionam e catam materiais recicláveis, exercendo uma atividade informal (12º CBAS – A catação de recicláveis e a questão social: um estudo desenvolvido junto à associação de catadores de recicláveis (ACR) em Manaus/AM).

Em relação à população, as atividades de extração de pedras trazem impactos positivos e negativos. Os impactos positivos estão ligados a geração de emprego e renda que toda a cadeia produtiva das pedras ornamentais reproduz. Os impactos negativos podem ser discutidos em dois níveis: um mais direto, relacionado aos trabalhadores envolvidos no processo de produção e de cunho ocupacional e outro indireto na população de Pirenópolis como um todo. Os impactos relacionados aos trabalhadores que participam do processo produtivo são associados aos riscos de acidentes na lavra como: cortes nas mãos e braços no manejo das pedras, desmoronamento de taludes e placas de pedras, de frentes de lavras, desmoronamento de rejeitos situados a montante de “pias” em operação, no manejo de perfuratrizes, no manejo de explosivos, na operação com veículos e máquinas pesadas, desmoronamento das pilhas de bota-fora de rejeitos, na insalubridade geral da pedreira, caracterizada por uma precariedade no abastecimento de água, nos abrigos para descanso, no saneamento e na assistência médica. No beneficiamento, entendido como o processo de corte e serragem das pedras, existem problemas relacionados à geração de finos em suspensão (poeira proveniente da serragem das pedras), que se aspirados por longos períodos pelos operadores podem causar silicose, bem como possibilidade de acidentes no manuseio das serras diamantadas (11º CBAS – Situação econômica e socioambiental no processo de extração de pedras ornamentais em Pirenópolis/Goiás).

5.1.1.3 Questão Urbana e Meio Ambiente

No eixo Questão Urbana e Meio Ambiente, foram selecionados aqueles que se referiram às questões que envolvem a cidade e o meio ambiente, problemas como transporte, construção de barragens, poluição, áreas de desmatamento, saneamento urbano, áreas de risco social e ambiental em um total de 11 trabalhos.

Conforme Bitoun (2001), no contexto da rápida e desordenada urbanização brasileira os problemas ambientais interagem diretamente com os problemas urbanos como moradia, transporte, redes de esgoto, entre outros, sendo estes muitas vezes tratados como fatores desencadeantes da degradação ambiental quando na verdade são reflexos de como o homem vem pautando suas relações sociais e subjugando suas necessidades de sobrevivência às necessidades de acumulação de capital, reproduzindo no espaço habitado as mesmas desigualdades presentes nas relações sociais, já que as cidades, entendidas como espaços socialmente construídos espelham o modelo de acumulação vigente.

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formada pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social (SANTOS, 1988, p. 11).

Em sua relação com a questão urbana, a questão ambiental assume, no contexto brasileiro, características peculiares que a tornam ainda mais predatória face às questões sociais próprias do modelo de desenvolvimento urbano com o rápido e desordenado crescimento das cidades acompanhados da falta de políticas públicas. Conforme Ataíde (2009):

A degradação ambiental é inseparável do caos urbano nacional, consequência da lógica do capital. A ausência de uma política habitacional própria do Estado Capitalista, ocasiona a ocupação de áreas de risco ambiental e social, caso das encostas íngremes, beira dos córregos, várzeas inundáveis, proteção de mananciais, que constitui a única alternativa para a população sem ocupação e/ou de baixa renda (ATAÍDE, 2009, p. 115).

Não é estranho ao Serviço Social atuar junto às mazelas do rápido e desordenado crescimento urbano. Durante o processo de urbanização, no contexto do modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil na década de 50 o assistente social atuava como uma espécie de fiscal, mediador, mobilizador e controlador das classes subalternas para ascensão do projeto desenvolvimentista. De acordo com Silva (1995):

Registra-se nas décadas de 50 e 60 o início de grande impulso da formação profissional em bases científicas que, através da tecnificação da profissão, prepara o assistente social como mão-de-obra capaz de executar programas sociais viabilizadores do modelo desenvolvimentista assumido no Brasil. Absorvendo a ideologia desenvolvimentista, o Serviço Social se impunha duas tarefas fundamentais: viabilizar a participação do povo no projeto desenvolvimentista do governo e neutralizar as tensões resultantes das contradições da política desenvolvimentista (p. 42).

Esta atuação é renovada e reatualizada com novas atuações e velhos propósitos, como pôde ser observado nos relatos dos trabalhos apresentados nos CBAS, contribuindo, desta forma, sob o pretenso discurso de proteção ambiental, para expropriar e controlar a população, levando-se a termo os projetos do capital. Percebe-se ainda, nos trabalhos apresentados, a preocupação dos assistentes sociais em fazer uma reflexão sobre os nexos entre a segregação sócio-espacial e a consequente degradação ambiental.

Nas últimas décadas, o processo de urbanização acelerada e desordenada, e a concentração da população e das atividades econômicas sobre o mesmo espaço, têm reforçado um padrão ambiental altamente degradado em consequência de um modelo de desenvolvimento que leva ao uso predatório dos recursos naturais brasileiros (9º CBAS – Políticas Sociais de Acesso à Moradia e Gestão do Meio Ambiente Urbano – Promovendo o Bem Estar Humano).

O crescimento dos sistemas de transportes, anteriormente consagrado como um fator de desenvolvimento econômico a qualquer custo ambiental, é um conceito desatualizado. A modernidade vislumbra com maior amplitude esta idéia, para indicar que os fatores sociais, como o bem estar das populações, a procura da qualidade de vida constituem a meta a ser alcançada junto ao conceito de desenvolvimento auto sustentável. Isto se refere, também, no transporte urbano metropolitano cujos impactos sobre o meio antrópico constituem o maior obstáculo a ser superado (9º CBAS – Questão Urbana e Meio Ambiente: Avaliação de Impacto Ambiental de Sistema de Transporte).

Não se trata de uma análise economicista da questão ambiental, mas do entendimento de que o meio ambiente é formado pela junção do ambiente natural e construído, unificando a dimensão social, ecológica, cultural e política. A preservação ambiental, nesses termos, se condensa desde o cuidado com a fauna e flora até o acesso público e gratuito à escola e à universidade. Neste sentido, o meio ambiente é entendido como uma fonte de perspectivas e possibilidades para uma vida digna, desde que construído de modo sustentado, social e ético-político. Nessa perspectiva, o desordenamento urbano não é um problema específico da Arquitetura, da Geografia ou dos ambientalistas, mas um fenômeno que merece a análise/compreensão e apreensão interdisciplinar, com o objetivo de encontrar respostas às demandas que estão postas e que significam um desafio para todas as ciências e profissões. Nestes termos, interessa para a área de Serviço Social analisar as conseqüências do desenvolvimento desordenado das cidades (10º CBAS – A degradação sócio-ambiental da cidade do Natal: o olhar de uma assistente social).

... cabe enfatizar o mais comum dos principais impactos que ocorre no meio sócio-econômico em áreas urbanas, qual seja a relocação de população..... Diferentes soluções habitacionais devem ser apresentadas, uma vez que nem sempre a desapropriação através de um Decreto de Utilidade Pública e a indenização pela propriedade mesmo que justa e imediata solucionam a questão. Para as áreas invadidas e loteamentos não regularizados, a forma mais adequada para ser proposta é o reassentamento, devendo a nova habitação, além de oferecer condições adequadas de moradia e de infraestrutura urbana, ter condições de financiamento acessíveis à população a que se destina (9º CBAS – Questão Urbana e Meio Ambiente: Avaliação de Impacto Ambiental de Sistema de Transporte).

O modelo do Saneamento Integrado, deliberado pela 1ª Conferência Municipal de Saneamento e adotado pela Secretaria de Saneamento, é composto de ações intersetoriais que visam dotar o ambiente urbano das condições adequadas para uma vida saudável. Deste modo, integram essas ações, intervenções nos setores de: abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação e drenagem de vias, melhoria e/ou construção de instalações hidro-sanitárias das casas, remoção e relocação de famílias para ordenamento urbano, com a conseqüente construção de moradias e ações de educação sanitária e ambiental (11º CBAS - Escritórios de Saneamento Integrado: gestão com qualidade e controle social).

O projeto que objetivamos apresentar iniciou-se no Município de Angra dos Reis em março de 1995, num esforço conjunto das Secretarias de Habitação e Desenvolvimento Social, Coordenadoria da Defesa Civil, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Obras, para reverter o quadro caótico da ocupação desordenada e predatória das encostas de Angra dos Reis; promover a reurbanização das áreas adensadas e, finalmente, coibir a ocupação acima do limite permitido para ocupação, considerando área de preservação ambiental e de risco físico, portanto, área não edificante. [...]. A proposta de trabalho do Assistente Social na equipe, consistiu no primeiro momento em traçar o perfil de todos os moradores envolvidos. Criamos um cadastro de informações básicas, visando conhecer a realidade social daquelas comunidades. Também foram realizadas visitas em aproximadamente 100 domicílios, sendo que o trabalho posterior foi acompanhar 60 famílias constatada a necessidade de remoção. [...] Mas, foi a partir dessas avaliações que se chegou a um consenso com os engenheiros de se mudar o traçado da cerca para manter mais 26 famílias e reassentar 34 em local seguro. Com as ofertas que a Prefeitura tinha disponível para atender esse grupo, trabalhamos da seguinte forma: indenizações de benfeitorias plantadas e edificadas: 10 famílias; indenizações de benfeitoria edificadas, plantadas e cestas básicas: 03 famílias; indenização de benfeitorias plantadas, edificadas, cestas básicas e lote: 2 famílias; cestas básicas: 3; lotes: 5; HABITAR BRASIL: 5, cestas básicas: 6 (9º CBAS – Contenção da expansão urbana nos morros de Angra dos Reis. Projeto Cinturão Verde: relato de uma experiência de assentamento popular).

Neste contexto de avaliação de impactos socioambientais, o reverso da atuação do assistente social de um lado está embutido numa atitude contributiva para a expropriação social do espaço urbano, onde a parcela da população se vê obrigada a abandonar seu espaço para o empreendimento de grandes obras empresariais ou mesmo reservas ambientais, sem considerar as implicações sociais, culturais e políticas ocasionadas pela remoção ou desapropriação de determinada área ocupada.

O assistente social, por meio de sua intervenção, tem grande contribuição neste processo, utilizando-se o levantamento social (diagnóstico social), bem como desempenhando uma função policialesca, que remete aos primórdios da profissão, onde era comumente chamado para auxiliar no controle social da população mais pobre, evitando ou minimizando assim qualquer tipo de conflito (IAMAMOTO, 1998). Atua ainda, como mediador nas negociações entre instituições (públicas ou privadas) e população a ser deslocada.

Utilizando-se do discurso da preservação/conservação ambiental ou de necessidade de desenvolvimento (progresso), são levados a êxito projetos de expropriação do espaço urbano e expulsão dos pobres para as periferias dos grandes centros urbanos, nos quais o Serviço Social se vê reproduzindo uma relação de desigualdade social. Mas sua atuação também garante que tal processo seja minimizado. Com sua intervenção, o assistente social, ainda que de forma

precária, garante à população ou comunidade a ser removida alguma forma de proteção social, ainda que apenas compensatória.

5.1.1.4 Questão Ambiental e Serviço Social

No eixo Questão Ambiental e Serviço Social, foram encontrados seis trabalhos que fazem uma correlação da questão ambiental como universo de intervenção do assistente social, colocando o mesmo como possibilidade de atuação profissional. Esta é uma preocupação que sempre se fez presente no Serviço Social: justificar-se enquanto trabalho necessário na sociedade, garantir seu espaço ocupacional, apropriar-se das novas demandas societárias e transformá-las em campo de atuação permeável ao assistente social (IAMAMOTO, 2008).

Conforme descrito por Iamamoto (2004), a profissão é marcada por uma aparente indefinição de seu objeto de intervenção, dúvida que vem marcando ao longo de sua história tanto seu discurso quanto sua prática, com ação direta na conformação curricular. Esta inquietação tem, de acordo com a autora, rebatimentos na formação profissional levando a uma “disputa por uma parcela da realidade social que seja ‘própria’ ou ‘exclusiva’ dos assistentes sociais”.

A indefinição sobre o que faz o assistente social, se por um lado provoca inquietude nos profissionais que não têm um objeto de trabalho explícito como as demais profissões, tendo sua prática muitas vezes manipulada por interesses institucionais difusos aliados à passividade de certos grupos profissionais, de outro, possibilita que se aproprie de um leque de oportunidades de atuação profissional (IAMAMOTO, 2004).

Outra implicação ocasionada por esta indefinição diz respeito à militância política, onde o assistente social é muitas vezes qualificado como agente da mudança (devido as tendências progressistas da profissão), não diferindo suas funções profissionais de suas atuações políticas.

Tais questionamentos e dúvidas colocam ao profissional, ainda hoje, e a todo o momento, o desafio de consolidar seu espaço profissional, de justificar, adequar e atualizar suas funções diante das novas configurações assumidas pela questão social na contemporaneidade (IAMAMOTO, 2008).

Estas questões aparecem nos trabalhos apresentados nos CBAS, mostrando que ainda hoje é uma problemática recorrente junto aos profissionais:

O compromisso ético-político da profissão, a competência teórico-metodológica e a responsabilidade técnico-operativa de trabalhar com a questão social nos confronta com a necessidade de enfrentar novos desafios, de adentrar novos campos de atuação como é o caso da atuação no âmbito da questão ambiental no meio rural. Enfim, no trato com as populações amazônicas em seus saberes tradicionais. Mediante as questões que se apresentam no referido locus, o assistente social no seu trabalho profissional se defronta com a necessidade de atuar de modo interventivo e propositivo na produção de conhecimento científico, na abordagem das causas dos problemas ambientais sob a lógica de acumulação do capital que gera ordenamentos impositivos ao uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais (10º CBAS – Serviço Social e Meio Ambiente: Alianças entre saberes técnicos-científicos e tradicionais na Amazônia).

Refletir sobre o Serviço Social na contemporaneidade, é sobretudo entender o significado sócio-histórico e ideopolítico circunscrito no conjunto das práticas sociais. É também, buscar superar as limitações das especializações da formação universitária, configurando-se assim “em um profissional competente...generalista em sua formação intelectual e cultural, munido de um acervo amplo de informações, em um mundo cada vez mais globalizado capaz de apresentar propostas criativas e inovadoras em seu campo de trabalho”(CADERNO ABESS, 1997, p.81). Daí a necessidade da sua inserção nos debates e na luta pelo desenvolvimento sustentável e pela preservação ambiental, pois esta deixou de ser uma questão exclusiva dos ambientalistas, para constituir-se problemática econômica, política e social, que requer o envolvimento de todos os segmentos, movimentos e manifestações em defesa da vida no planeta Terra (11º CBAS – Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e serviço social: uma interlocução necessária).

Como assistente social, trabalhar questões ecológicas é também uma forma de nos contrapor ao poder devastador dessa lógica expressada nas seqüelas da questão social. É nessa perspectiva que defendemos a maior inserção de assistentes sociais em trabalhos na área de educação ambiental, pois a riqueza da experiência vem contribuir significativamente para ampliar nossas possibilidades de inserção no mercado de trabalho bem como de contribuir para a transformação de nossa sociedade (12º CBAS – Assistentes Sociais e o meio ambiente: um espaço de trabalho possível).

A emergência e desdobramento das temáticas ambientais reflete a historicidade a que o projeto ético-político do Serviço Social está submetido (NETO, 1999). O movimento da história acaba por exigir a incorporação de novos temas e novas competências profissionais. No caso específico da comunidade LSJ, as questões fundiárias e ambientais marcadas por tensões e interesses conflitantes, encontravam-se submersas num complexo emaranhado jurídico-institucional e conceitual resultando num objeto de intervenção profissional com determinantes histórico-sociais particulares (10º CBAS – Serviço Social e Meio Ambiente: um diálogo em construção).

Assim, a preocupação em apropriar-se do espaço profissional aberto pela questão ambiental chega aos assistentes sociais que procuram estabelecer os nexos de sua atuação como profissional necessário na intervenção na mesma. A luta pelo espaço profissional, por novas aberturas ou pela consolidação dos já existentes faz parte também de uma questão maior, que transcende o limite profissional, marcada pelo encolhimento do mercado de trabalho, a precariedade e informalidade, ambos os aspectos presentes na sociedade contemporânea no que concerne ao mundo do trabalho (ANTUNES, 1999), e que levam os assistentes sociais a refletir sobre estas questões.

5.1.1.5 Pobreza e Meio Ambiente

No eixo Pobreza e Meio Ambiente foi encontrado apenas um trabalho, apresentado no 12º CBAS em 2007, o que mostra a novidade da temática no Serviço Social que, apesar de ser abordada de forma indireta por meio, seja das questões do desenvolvimento urbano, seja da educação ambiental, não tinha até então sido contemplada de forma específica.

A correlação entre pobreza e meio ambiente não é uma discussão recente²⁶, ao pensar novos modelos de desenvolvimento as instituições internacionais já apontavam para a necessidade de se tratar estes temas em sua intrínseca relação, colocando até mesmo o propósito de erradicação da pobreza como pressuposto para a proteção ambiental, bem como justificativa para intervenção nos países em desenvolvimento visando à implementação de medidas de alívio da pobreza que conseqüentemente levariam à melhoria das condições ambientais conforme pode ser observado no relatório do Banco Mundial: O “alívio da pobreza é tanto um imperativo moral como um requisito prévio indispensável para chegar à sustentabilidade ambiental. Os pobres são ao mesmo tempo vítima e agente da degradação do meio ambiental” (1990, p. 32).

No entanto, antes de representar uma preocupação de fato com os problemas sociais, a intenção velada era justificar a continuidade do crescimento econômico como pressuposto ao

²⁶ Nos estudos realizados sobre o desenvolvimento mundial em 1990, o Banco Mundial chegou à conclusão que a pobreza é a principal geradora da degradação ambiental (Relatório sobre desenvolvimento mundial, 1990, Banco Mundial). Tal discussão também se mostrou bastante presente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, também conhecida como Rio/92, na qual foi elaborada a Agenda 21 propondo ações em vários níveis para alcançar o Desenvolvimento Sustentável dentre as quais a diminuição dos níveis de pobreza.

desenvolvimento social e preservação ambiental; como já mencionado anteriormente, uma resposta às propostas de diminuição do crescimento econômico face à degradação ambiental.

A interrelação entre pobreza e meio ambiente perpassa também a discussão ora travada sobre a questão da urbanização e a expulsão dos pobres para áreas ecologicamente frágeis (BITOUN, 2001) ou de preservação ambiental, esbarrando-se mais uma vez na questão da discrepância na ocupação do território e na desigualdade social, que determina a forma como o espaço é socialmente dividido. De acordo com Acselrad (2009):

O desenvolvimento com justiça ambiental requer a combinação de atividades no espaço de modo a que a prosperidade de uns não provenha da expropriação dos demais. Mais do que isso, os propósitos da justiça ambiental não podem admitir que a prosperidade dos ricos se dê por meio da expropriação dos que já são pobres. Mas este tem sido o mecanismo pelo qual o Brasil tem batido recordes de desigualdade social no mundo: concentra-se a renda e concentram-se também os espaços e recursos ambientais nas mãos dos agentes mais poderosos (p. 77).

A pobreza, em suas várias manifestações (moradia, fome, doença, etc.) por ser uma refração da questão social, representa um dos focos de intervenção do assistente social, que desde os primórdios da profissão sempre foi chamado a atuar na minimização de seus reflexos e no controle desta população por meio de políticas públicas (IAMAMOTO, 1998) e de controle social, por isso este debate não poderia passar despercebido no Serviço Social.

O trabalho intitulado “O Serviço Social e as Relações de Pobreza e Meio Ambiente”, realizou uma discussão que contempla desde a discussão do papel do Estado face à questão social e ambiental, passando pelo conceito de cidadania e a desigualdade social que se apresenta também como desigualdade ambiental como pode ser observado no seguinte trecho:

A relação entre pobreza e meio ambiente é nitidamente visível nos meios urbanos, mas também ocorrem no interior. As periferias das cidades onde concentra-se a população mais pobre, são caracterizadas por condições vulneráveis de habitação e sofrem constantemente inundações ou desmoronamentos, além do agravo de situações calamitosas de saneamento. As invasões decorrem da exclusão ao mercado imobiliário legal, causando destruição de áreas geralmente destinadas à preservação, principalmente à beira de cursos de água ou encostas íngremes, além de áreas susceptíveis à contaminação pois localizam-se próximas à indústrias químicas e de alto risco de explosões e incêndios, situações estas que provocam uma espiral ascendente de deterioração ambiental e social (12º CBAS – O Serviço Social e as Relações de Pobreza e Meio Ambiente).

5.1.1.6 *Questão Ambiental, Questão Agrária e Movimentos Sociais*

No eixo Questão Ambiental, Questão Agrária e Movimentos Sociais foram identificados 12 trabalhos cujos temas remeteram à necessidade de organização das comunidades, seja em prol da melhoria da qualidade de vida, seja por meio de um melhor aproveitamento dos recursos naturais, ou na luta por seus direitos (formas de exploração do potencial turístico regional, processos organizativos de luta por direitos à posse de terra, justa indenização quando da remoção de sua moradia, agricultura familiar, etc.). Conforme relatado por Carvalho (2002) e Diegues (2001), a questão ambiental se apresenta como pauta dos diversos movimentos sociais, sendo amplamente absorvida nas décadas de 80 e 90.

Os temas da ecologia humana e do meio ambiente estão tornando-se rapidamente o assunto dos anos vindouros do século XX, e são considerados como tais não somente pelas organizações governamentais e internacionais, mas por milhões de pessoas que descobriram que suas lutas econômicas, sociais, políticas e culturais, tendo em vista sua sobrevivência contra a pobreza e a miséria, são simultaneamente lutas ecológicas. O sinal prático de que a ecologia humana pode transformar-se nos temas dominantes do século XXI, é o rápido crescimento dos movimentos sociais que de uma maneira ou de outra estão combatendo a tendência mundial de destruição da natureza no universo. Os temas mundiais de ecologia e do meio ambiente vão certamente ter maior importância no futuro. Os povos do mundo estão começando, de formas variadas e às vezes contraditórias, a levar em conta as relações entre si e com o resto da natureza (*CAPITALISM, NATURE, SOCIALISM*, 1989 apud DIEGUES, 2001, p. 48).

A proximidade do Serviço Social com os movimentos sociais faz parte de sua própria constituição como profissão. Segundo Carvalho (1980), o Serviço Social “surge como ramificação de movimentos sociais complexos”. O autor se refere aos movimentos da Ação Católica e da Ação Social desenvolvidos pela Igreja Católica, primeiras instâncias do Serviço Social, cuja ação não pode ser resumida à prática da caridade e da assistência historicamente desenvolvidas pela Igreja. A ação do Serviço Social ultrapassa este propósito trazendo consigo uma intervenção de cunho amplamente ideológico e político, assumindo uma posição de defesa do projeto conservador da Igreja Católica que em sua estreita aliança com o “facismo nacional” colocou-se contrária ao socialismo, na defesa do capitalismo e manutenção das relações sociais vigentes. Sua intervenção é imbuída de um caráter ideológico no qual o assistencialismo é utilizado como forma de controle, persuasão e obtenção de consenso das populações carentes e pobres, atuando diretamente na dissolução de conflitos.

Somente após um amplo processo de desenvolvimento e questionamento em suas bases ideológicas, em que se destaca o Movimento de Reconceituação²⁷ como um momento decisivo para o Serviço Social propiciado pela conjuntura política e econômica da década de 60²⁸, marcada pelo fim da chamada “era gloriosa” (MANDEL, 1976), há um novo posicionamento do Serviço Social, que passa a se posicionar de forma crítica²⁹ ao tradicionalismo profissional “em sua prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal burguesa, que de um ponto de vista claramente funcionalista visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” (NETTO, 2005).

Este posicionamento crítico abriu caminho para seu engajamento junto aos movimentos sociais, processo que se inicia na década de 60³⁰, consolidando-se nos anos 80 e 90 com as revisões curriculares, a atualização do código de ética-profissional e a criação da lei que regulamenta a profissão³¹, em 1993.

A rigor, a partir da crise da ditadura, a profissão tem defendido a realização de um projeto profissional articulado ao ideário das classes trabalhadoras. Nos anos 80, esse projeto apontou para a defesa dos processos de mobilização, organização e reivindicação de direitos e políticas sociais públicas no bojo dos movimentos organizados da sociedade. Razão pela qual a profissão assumiu um papel eminentemente socioeducativo materializado em estratégias de mobilização e de articulação política das classes trabalhadoras. Hoje, além de dar continuidade a esse projeto, o Serviço Social atualiza sua inserção e o seu significado social ao transformar em desafios profissionais outras situações que retratam o grau de avanço e conquista dos trabalhadores no momento atual (NETTO, 1996).

²⁷ Como fenômeno latino-americano, tem seu surgimento em meados de 1960 nos países de língua espanhola, num processo de crítica ao tradicionalismo profissional, aos fundamentos ideológicos, às raízes sócio-políticas e a direção social da prática profissional (IAMAMOTO, 1998). Ocorrido em um período de intensas e velozes mudanças econômicas e sociais em nível mundial fruto do ciclo expansionista do capital e sua posterior derrocada, o Movimento de Reconceituação se conforma em meio a um cenário político de emergência de lutas e embates societários frente ao exaurimento do padrão de desenvolvimento capitalista e conseqüente mobilização não só da classe trabalhadora, mas de diversos segmentos da sociedade aos impactos sociais, econômicos e ambientais ocasionados pela revolução tecnológica e científica das sociedades capitalistas industriais.

²⁸ A década de 60 se constituiu em um cenário favorável à mobilização social das classes subalternas para a defesa de seus interesses mais imediatos e a conformação de amplos movimentos que visavam direcionar o ênuf da desaceleração do crescimento econômico. Tais movimentos identificaram-se por diferentes e complexas demandas, indo desde as reivindicações de grupos específicos (mulheres, negros, jovens), àqueles relacionados à defesa da natureza, questões urbanas e rurais, até aqueles considerados direitos emergentes (ao prazer, à educação permanente) (NETTO, 2005).

²⁹ Comportando diferentes projetos profissionais que retratavam o perfil heterogêneo da categoria profissional, o Movimento de Reconceituação não se configurou em um movimento harmônico e livre de tensões, ao contrário, comportou em seu interior diferentes e, até mesmo, divergentes projetos societários.

³⁰ Somente a partir da segunda metade dos anos 70, quando se inicia a derrocada do período ditatorial, afloram no Brasil as tendências que, na Reconceituação apontavam para uma crítica radical ao tradicionalismo no Serviço Social (NETTO, 2005).

³¹ Lei 8662 de 07 de junho de 1993.

Estes instrumentos jurídico-institucionais conferem ao assistente social um compromisso ético e político junto aos movimentos sociais, o código de ética, ao propugnar como um dos princípios fundamentais, “a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”, e a lei que regulamenta a profissão ao estabelecer como competência profissional, “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”.

Com o avanço dos chamados novos movimentos sociais³², a questão ambiental se insere como tema relevante para a sociedade e como tema capaz de recuperar a unidade na diversidade³³, sendo incorporado por vários setores da sociedade (CARVALHO, 2002), inclusive pelo Serviço Social como pôde-se constatar nos trabalhos apresentados, onde os nexos estabelecidos entre a questão ambiental e movimentos sociais perpassam as discussões sobre participação popular, organização/control social e cidadania, direito à terra, reforma agrária, etc. assuntos e ações que fazem parte de seu amadurecimento enquanto profissão vinculada, ainda que não majoritariamente e/ou exclusivamente, mas com expressão qualitativa, a um projeto ético-político³⁴ direcionado à conquista da igualdade social e comprometida com um novo projeto societário (NETTO; CARVALHO, 1996).

Alguns trechos dos trabalhos retratam o papel desenvolvido pelos assistentes sociais que em geral contribuem com os movimentos reivindicativos, seja por meio da estimulação de uma reflexão crítica, seja com a organização e conformação de objetivos alcançáveis em de níveis de ação estruturados.

³² ... expressão cunhada na Europa, nas análises de Claus Offe, Touraine e Melucci, diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho (GOHN, 1995, p. 44).

³³ Mesmo com a diversidade de interesses e conflitos que abarca, não se pode deixar de reconhecer que a questão ambiental se tornou um tema universal, ainda que não homogêneo e muito menos harmônico em seus propósitos, objetivos e causas.

³⁴ Comportando uma pluralidade de interesses, visões de mundo e valores, posto ser um projeto formado por sujeitos individuais com expectativas sociais diversas, longe de ser um bloco monolítico, o projeto profissional apresenta-se como uma estrutura dinâmica, assim como a categoria profissional que lhe deu origem, conforma orientações políticas, ideológicas e culturais diversificadas e nem sempre identitárias, sendo, pois, um campo de tensões e lutas, podendo até assumir certa hegemonia, mas sem alcançar a exclusividade pelas heterogeneidades antes mencionadas (NETTO, 1999).

Os problemas locais se agudizam e nenhum planejamento é observado na relação entre nativos, veranistas e outros turistas. Pode-se afirmar ser essa uma relação historicamente engendradora, de dominação sócio-econômico-cultural em que uma população submete sua forma de vida a outra, servindo-a em determinados momentos para garantir sua sobrevivência pois a ilha não dispõe de outras atividades econômicas a não ser aquelas destinadas prioritariamente ao consumo dos visitantes: pesca, coleta de frutos, comércio e serviços gerais. (...). O processo organizativo em curso na ilha do Mosqueiro trajeta a busca de constituição de forças econômico-sociais e políticas da população nativa, ou seja, de seu fortalecimento, na tentativa de deixar de ser mero objeto das decisões governamentais. Há também o direcionamento à racionalização do processo de relações entre nativos e visitantes, sem a perda da identidade sócio-cultural daqueles, através de uma atividade produtiva com viabilidade econômica e ecológica no contexto amazônico: o turismo (7º CBAS – A ilha do Mosqueiro, Turismo e Meio Ambiente: O reencontro da Identidade).

... as intervenções do Estado desencadearam processos extremamente contraditórios: os assentamentos ao invés de dispensarem as energias acumuladas no processo, no mais das vezes longo, de luta pela terra, deram lugar ao movimento de assentados, que, reivindicando condições para produzir, somou-se aos esforços do movimento sindical e do movimento dos sem terras por novas desapropriações e novos assentamentos. A constituição de movimentos sociais, as mobilizações desencadeadas pelos assentados foram percebidas como vitórias parciais dentro de uma luta maior. Assim os assentamentos estimularam novas iniciativas, bem como suas formas de organização passaram a ter maior significância política que antes não havia no interior daqueles movimentos (8º CBAS – 1995 – Tecnologias Alternativas para o Meio Ambiente Rural: Ações Pedagógicas e sócio-políticas de Serviço Social).

Como perspectiva de alcançar uma forma de gestão ambiental que para além da preocupação com os recursos naturais, tenha também como destaque as questões humanas e de justiça social, os diversos parceiros do projeto a partir do estímulo da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional/ACDI - CIDA, acordaram em incorporar a questão de gênero como um dos eixos estruturantes da ação. Em relação a barreiras para o gozo dos direitos econômicos e sociais são apontados pela ONU (1996), fatores como: gênero, raça, idioma, origem étnica, cultura, religião, eficiência ou classe socioeconômica. São indicados alguns objetivos estratégicos, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável:

- Envolver a participação da mulher na adoção de decisões relativas ao meio ambiente em todos os níveis;
- Procurar integrar preocupações e perspectivas de gênero nas políticas e programas em prol do desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer ou estabelecer mecanismos em nível nacional, regional e internacional para avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento e do meio ambiente sobre a mulher (10º CBAS – Meio Ambiente: Gênero e Raça: novas e velhas faces da sustentabilidade).

Um movimento social surge quando os grupos se organizam em busca da superação de alguma forma de opressão e na busca de alternativas na construção de nova sociedade. Os movimentos sociais, no Conselho Municipal de Meio Ambiente, ao reivindicarem ética na política e exercerem vigilância sobre a atuação estatal/governamental, orientam a atenção da população para o que deveria ser dela e está sendo desviado, para o tratamento particular que estaria sendo dado a algo que é um bem público (12º CBAS - Gestão Pública e Controle Social: limites e possibilidades no Conselho Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro).

5.1.1.7 Meio Ambiente e Relações Internacionais

No eixo Meio Ambiente e Relações Internacionais foram relacionados dois trabalhos, os quais discutem a questão dos recursos naturais brasileiros e a cobiça que os rodeiam, bem como a luta política e ideológica presentes no campo ambiental e de como tal questão traz em seu bojo uma questão econômica, como pode-se observar nos trechos destacados:

A biopirataria, é “o desvio de material genético de um país para exploração comercial em outro sem o pagamento de patente” (BERG, 2000, p. 11). Fato constante em nosso país, pois a Amazônia brasileira possui uma rica fauna e flora, onde coloca o Brasil entre os 12 países com maior biodiversidade do mundo. Na região 10 mil km², equivalente a um hectare com cerca de 500 espécies de vegetais diferentes. O tráfico de ervas medicinais tornou-se freqüente, pois tamanha riqueza passou a ser alvo das 1,3 mil empresas norte-americanas, que utilizam a ciência mais relevante do nosso milênio, a biotecnologia, para a produção de medicamentos com origem natural, onde lucram cerca de US\$ 13 bilhões por ano. E de acordo com o relatório feito em 1998 pela Comissão Externa da Câmara Federal, também chamada de Comissão da Biopirataria, existiam 40 drogas produzidas com esta tecnologia e mais 270 esperavam a hora exata de entrar no mercado. A busca e a exploração dos recursos naturais da Amazônia, geram lucros exorbitantes a custos mínimos. Pois adentram no Brasil, criam as organizações não-governamentais (ONG's), sob o engodo da ajuda científica, como foi o caso da Associação Ecológica Alto Juruá, conhecida como Selva-Viva, tendo como presidente o austríaco naturalizado brasileiro Ruedger Von Reininghous, que se valeu da ingenuidade dos povos indígenas Caxinauá, Catuquina, Iauanauá, Campa e Culina, obtendo informações sobre plantas medicinais e como coletá-las. Oferecendo como prioridade absoluta a matéria-prima e o conhecimento ancestral dessas comunidades, para os possíveis interessados no Brasil e no exterior (10º CBAS - Amazônia: cupidez internacional e biopirataria).

Através dos tratados internacionais e pressões políticas, os países são chamados a assumir sua responsabilidade a respeito do Meio Ambiente. O surgimento do “mercado de poluição” tem se configurado como instrumento, para atender as determinações do Protocolo de Kioto. Para os países desenvolvidos, tem sido mais rentável e menos oneroso comprar créditos de carbono do que reduzir efetivamente as suas emissões. Entretanto permanecem pressionando os países subdesenvolvidos para que esses também se responsabilizem a reduzirem suas emissões de gases poluentes. Deste modo o Meio Ambiente é transformado em mais uma mercadoria, sendo barganhado e valorizado de acordo com o mercado. Mas esse não é o único problema que identificamos nesse levantamento, percebemos que as consequências da degradação contínua e ininterrupta do nosso ecossistema estão alcançando níveis nunca pensados. Vender ou não carbono, não resolve todas as questões relacionadas ao aquecimento global. É necessário um posicionamento político estratégico para frear os países desenvolvidos e conscientizar também os subdesenvolvidos (12º CBAS - A posição do Brasil frente às discussões internacionais sobre meio ambiente).

A abordagem de tais temáticas demonstra que o Serviço Social, encontra-se atento para as relações mais amplas e gerais que envolvem a questão ambiental, saindo do universo cotidiano de sua prática profissional imediata e local, e traçando uma discussão mais direcionada ao aspecto político das relações internacionais que se estabelecem sobre os recursos naturais e sobre a responsabilidade ambiental de cada país. Apesar de uma preocupação ainda escassa, já aponta para discussões mais globais e com um viés mais politizado sobre o tema ambiental.

5.2 O DEBATE SOBRE SUSTENTABILIDADE NO SERVIÇO SOCIAL

De acordo com os trabalhos analisados o discurso do desenvolvimento sustentável mostrou-se presente na apreensão da problemática ambiental pelos assistentes sociais que são chamados a atuar frente a projetos de “responsabilidade social”³⁵, ou para contribuir nos processos de avaliação de impactos socioambientais.

A influência do debate sobre sustentabilidade também pode ser explicada não só por sua dimensão subjetiva (poder do discurso) quanto por condições objetivas; por estar o

³⁵ A responsabilidade social surge na década de 60 propondo uma mudança na forma de produzir e gerir das empresas, mas só ganha força no Brasil a partir da década de 90. Segundo tal conceito as empresas deveriam assumir responsabilidades junto à sociedade, incorporando em suas metas e funções ações de cunho social e ambiental (COHEN, 2000).

profissional inserido no mercado de trabalho e como mão de obra assalariada, sujeito às variações e tendências do mercado, sendo por isso requisitado a atuar junto a esta questão.

Constatou-se com a pesquisa que grande parte dos trabalhos encontrados nos CBAS fazem referência à questão do desenvolvimento sustentável, porém de forma acrítica, sem uma reflexão da incompatibilidade do mesmo frente a um modo de produção que visa antes de qualquer sustentabilidade ambiental ou social o lucro e a acumulação crescentes.

Em alguns trabalhos há o reconhecimento de tal incompatibilidade, mas há ao mesmo tempo, a incorporação do mesmo como algo inevitável, como proposta viável e possível de concretização nos marcos da sociedade capitalista, demonstrando certo conformismo diante da ordem societária atual, bem como uma discussão superficial, sem aprofundamento sobre a consistência da idéia de sustentabilidade, certa confusão a respeito da idéia de desenvolvimento sustentável frente ao projeto societário sob o qual a profissão se embasa.

A absorção do debate sobre sustentabilidade pode ser percebida nos diversos trabalhos apresentados como conforme os trechos descritos:

Na perspectiva de refletir sobre esse processo, o turismo passa a merecer a atenção deste trabalho por estar relacionado ao nosso objeto. No documento final do Seminário ora citado, essa atividade econômica é considerada instrumento prioritário para atingir o desenvolvimento regional sustentável, ante a possibilidade das populações locais serem beneficiárias diretas e prioritárias de programas de ecoturismo. Daí, o compromisso político de fomentá-la como tal (7º CBAS / 1992 – A ilha do Mosqueiro, Turismo e Meio Ambiente: O reencontro da identidade).

A sustentabilidade do desenvolvimento vigente na Amazônia até então marcado pelo uso indiscriminado dos recursos naturais, requer a consolidação de valores convergentes de progresso econômico e social seguindo princípios de construção de cidadania plena; de superação das soluções paliativas, emergenciais e individualizadas pela estruturação de alternativas coletivas e duradouras fundadas no respeito às singularidades regionais, ambientais e culturais.

Associando-se a essas tecnologias o aproveitamento das potencialidades locais devidamente gerenciadas e coletivamente administradas, espera-se superar o caráter tradicional preservacionista das políticas ambientais recorrentemente sugeridas para a região amazônica, e assim apontar um caminho possível para o seu desenvolvimento sustentável (9º CBAS/1998 - Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Ações Sócio-Educativas de Serviço Social).

Neste sentido, tornou-se imperativo inserir o debate sobre a Educação ambiental numa perspectiva que associe esta questão à Reforma Agrária. Trata-se de problematizar, junto à população rural, os valores consumistas e individualistas, alertando-a para ações de preservação da natureza. Tal discussão deve se inserir nas possibilidades para a superação do modelo concentrador e exportador da política agrícola capitalista e, assim, contribuir para transformar os assentamentos em um ambiente humanizado e econômico e socialmente viável, mediante um desenvolvimento sustentável que preconize qualidade de vida para todos (as). É quase consensual entre os (as) estudiosos (as) da questão ambiental, numa perspectiva teórico-crítica, que não é possível manter uma nação que se sustenta pela via do capitalismo industrial, sem que haja um desequilíbrio ambiental, seja pela destruição da natureza, fruto da exploração predatória ou pelo crescente nível de pobreza, devido às desigualdades sociais, acentuadas por este modelo hegemônico (10º CBAS/ 2001 – Paradoxos da Educação Ambiental: notas reflexivas para o debate).

O aumento da pobreza, o êxodo rural, o declínio da agricultura familiar, a queda da renda agrícola, a degradação ambiental, são conseqüências da maneira de utilização dos recursos naturais face ao modelo agroindustrial implantado no país. Embora com problemas climáticos e sócio-econômicos graves, o Nordeste apresenta elevados potenciais para atingir o seu desenvolvimento sustentável. É, inseridas neste contexto que as Escolas Famílias Agrícolas buscam propostas de agricultura alternativa que promovam um desenvolvimento do meio rural aliado a sustentabilidade (11º CBAS/2004 – Cuidando do meio ambiente, sustentando vidas).

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentado diante da manutenção de um sistema econômico que se sobrepõe constantemente às demandas sociais e ambientais, nada mais é que uma saída do próprio capitalismo globalizado, pois “o capitalismo tornou-se ecológico par que possa melhor ser predador”.

O enfrentamento de paradigmas ambientais representa a tônica da sustentabilidade à humanidade no mundo contemporâneo, prescrevendo a agenda das ações necessárias de interligação econômica e ecológica. O questionamento da viabilidade de um pacto de tal magnitude compreende também no enfrentamento da pobreza, pois a sua erradicação implica na superação da deterioração das relações de poder, trabalho e riqueza advindas de uma nova ordem de valores e práticas na produção de bens com sustentabilidade (12º CBAS/2007 – O Serviço Social e as relações de pobreza e meio ambiente).

Portanto, de uma condição de excluído, os catadores tornam-se parceiros, agentes ambientais imprescindíveis na promoção da triagem, reciclagem, e minimização do impacto ambiental do lixo, e, conseqüentemente, para o equilíbrio e o desenvolvimento sustentável do meio ambiente. Assim, os órgãos municipais como agentes facilitadores e implementadores desse processo, sobretudo as prefeituras, devem assumir responsabilidades (12º CBAS / 2007- A inclusão social dos catadores: um indicador de avaliação da gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos).

O discurso da sustentabilidade insere-se no Serviço Social nos mais variados contextos, indo desde a educação ambiental, a questão do trabalho, da reforma agrária, da biodiversidade, da pobreza, etc. mostrando que ao lado de sua inconsistência (ACSELRAD, 2004) carrega uma enorme variedade de usos e apropriações, permitindo assim sua incorporação ampla e irrestrita para justificar ações, intervenções, programas e projetos em diversificadas arenas nas quais os assistentes sociais são chamados a atuar. Segundo Herculano (1992):

[...] as idéias são forças vivas, são capturadas, naturalmente reinterpretadas ou propositalmente adulteradas. Os conceitos que as condensam tornam-se ora campo de lutas no qual todos entram, parecendo dizer a mesma coisa, mas na verdade se referindo do a algo bem diferente (nesse caso os conceitos se tornam buracos negros sem significado), ora são instrumentalizados como armas, tornando-se etiquetas e emblemas de posicionamentos políticos, marcos de espaços específicos de atuação (aí, se ganham clareza, correm o risco de tornarem-se clichês) (p. 22).

Assim, percebe-se um hiato entre aquilo que pensa e o que faz o assistente social, que ao intervir no campo ambiental, tomando por base o conceito de desenvolvimento sustentável, tenta atuar na minimização das manifestações da questão social e o resultado de seu trabalho é também a minimização do conflito entre capital e trabalho; a manutenção do *status quo*, a perpetuação das formas de exploração do homem e da natureza condicionados a um patamar aceitável, sem perspectivas de transformação social, e sim de adequação, em uma atitude conservadora à ordem social capitalista.

É importante frisar que não se está aqui criticando a prática profissional como se a mesma fosse independente às influências sociais, intelectuais, econômicas e ideológicas que se estabelecem nas relações sociais, ao contrário, já foi afirmado nessa pesquisa que o assistente social participa da produção e reprodução de tais relações, estando assim, exposto às mesmas. Tem-se o objetivo de estabelecer uma reflexão sobre o direcionamento da forma de intervenção, sobre a prática profissional que deve pautar-se em uma atitude crítica da realidade, sob pena de se distanciar dos objetivos perseguidos pelo código de ética profissional construído com base no processo histórico vivenciado pelos profissionais e cujos princípios estabelecem o compromisso com a classe trabalhadora.

Ao assumir acriticamente o discurso do desenvolvimento sustentável o assistente social está, portanto, assumindo também uma postura acrítica quanto aos reais fatores desencadeantes da questão ambiental e conseqüentemente das mudanças necessárias à sua

superação, o que pode contribuir para o exercício de uma prática mantenedora e reforçadora das relações predatórias e de dominação do sistema capitalista de produção.

Contraopondo-se a esta tendência de incorporação acrítica do discurso do desenvolvimento sustentável foi encontrado apenas um trabalho no 10º CBAS, intitulado “Serviço Social e Meio Ambiente: um diálogo em construção”, no qual a autora fez uma análise crítica quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável, demonstrando que tal debate ainda é passível de apropriação e discussão, não sendo unânime sua influência; há perspectivas de que a visão acrítica seja aos poucos abandonada e seja assumida uma nova forma de pensar esta questão, por meio do reconhecimento da necessidade de sua superação como pode ser visto no trecho do trabalho ora mencionado:

Oriunda da matriz teórica conservadora que analisa as sociedades do ponto de vista de seu desenvolvimento/subdesenvolvimento, a concepção vincula-se à noção de processo evolutivo. Na verdade, é resultado da apropriação do poder dominante da própria crítica feita ao seu modo produção e devastação da natureza. O discurso, (re) elaborado, fez surgir uma pretensa proposta de sustentabilidade do planeta e da vida. Para alguns ambientalistas, um “capitalismo verde” para mascarar o processo de degradação do meio natural e assim continuar sendo seu predador. Polissêmico e ambíguo, o desenvolvimento sustentável rapidamente passou a ocupar lugar central dentro do ambientalismo, especialmente depois da publicação do Relatório de *Brundtland* em 1988 (10º CBAS / 2001 – Serviço Social e Meio Ambiente: um diálogo em construção).

O campo ambiental é, sobretudo, um espaço de disputa de concepções ou de “verdades” contraditórias, multifacetadas e heterogêneas. Seus enunciados são históricos, produzidos na coerção e efeitos do poder mesmo porque, as verdades não podem ser entendidas fora dos espaços de regulação das forças presentes das realidades específicas onde se inscrevem, pois se vinculam a determinados projetos societários (10º CBAS / 2001 – Serviço Social e Meio Ambiente: um diálogo em construção).

Apesar de incipiente, quantitativamente frente às demais análises, a inserção de um posicionamento crítico já abre as portas para um debate mais aprofundado pelo tema no Serviço Social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa apresentada foi possível constatar que o debate ambiental no Serviço Social encontra-se amplamente envolvido com as refrações da questão social, as quais constituem objetos de sua intervenção (pobreza, problemas urbanos, educação ambiental, trabalho e renda, movimentos sociais, etc), por isso, passível de apropriação por estes profissionais.

A absorção da temática aparece, em maioria, relacionada a temas já consolidados no debate dos assistentes sociais, o que se deve ao fato de que, no Brasil, as questões ambientais aparecem medularmente relacionadas às mazelas da questão social (ATAÍDE, 2009).

Também foi possível constatar que no Serviço Social o debate ambiental sofre grande influência teórica do conceito de Desenvolvimento Sustentável, o que demonstra que os assistentes sociais necessitam aprofundar-se sobre tal conceito para desmitificá-lo, realizando assim, uma leitura crítica sobre as discussões apresentadas sobre a suposta preocupação com destruição/preservação do meio ambiente e as possíveis soluções para esta questão.

A absorção indiscriminada deste conceito por uma profissão cujo projeto ético/político baseia-se em uma leitura crítica da realidade, comprometido com a classe trabalhadora e com as formas de resistências à exploração inerente ao modelo econômico capitalista (ABEPSS, 1984), se apresenta como um ponto negativo para a aproximação com a temática ambiental e que, apesar de não ser uma tendência inerente apenas aos assistentes sociais, mas ao contexto mais geral em que tal discurso surge e ganha hegemonia pela grande gama de interpretações que comporta (HERCULANO, 2002; ACSELRAD, 2004), tem grandes rebatimentos no Serviço Social quanto à direção social da profissão³⁶.

Coloca-se, pois, a necessidade de debruçar-se sobre a incompatibilidade de interesses que se confrontam nas propostas de desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e desenvolvimento social, entendendo-se que a mesma comporta uma perspectiva de adequação ao modelo atual e não sua superação (STHAEL, 1995).

Observou-se também, que é significativo o envolvimento destes profissionais com a educação ambiental, área de maior concentração de trabalhos publicados e que está

³⁶ A redefinição profissional nos anos 80 passa a perceber o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, atribuindo-lhe um caráter histórico nos marcos das relações sociais entre as classes, o Estado e o conjunto da sociedade, propondo uma direção social a partir das demandas societárias em seu movimento, articulando-se ao projeto social das classes trabalhadoras e superação da ordem burguesa (NETTO, 1996).

intimamente relacionada ao papel do assistente social como um educador, orientador de condutas, e mediador de conflitos, que remonta aos primórdios de sua formação profissional, reatualizando seu papel de persuasor junto às classes subalternas, atuando na reprodução das relações sociais capitalistas no que concerne à disseminação de um modo de pensar e agir; na difusão da ideologia dominante (IAMAMOTO, 2004).

Também confirma a coexistência de velhas formas de se tratar novas demandas, e novas formas de se tratar velhas demandas, misturando-se o velho e o novo no agir profissional diante das configurações da questão social na contemporaneidade.

Por outro lado, os assistentes sociais têm a possibilidade de atuar na elucidação, na conformação de uma mentalidade crítica e reflexiva junto à população sobre os problemas ambientais que se expressam também em problemas sociais. Esta possibilidade pode ser recuperada e direcionada a uma nova perspectiva de direito à natureza tendo como pressuposto a justiça ambiental, porém não está dada. Precisa ser apropriada e exercida pelos profissionais que podem direcionar seus esforços e atuar de forma a contribuir para a formação de uma educação ambiental crítica, por meio da elucidação das contradições e conflitos presentes no debate ambiental.

Quanto ao lócus no qual se dão estas discussões, identificou-se que as mesmas aparecem, em maioria, em Universidades Públicas (historicamente o curso de serviço social é ofertado nestas instituições) por meio de projetos de extensão desenvolvidos em parceria com prefeituras, empresas de saneamento ou instituições bancárias como a Caixa Econômica Federal (programas de habitação) ou ainda Organizações Internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID). Em geral, são textos que descrevem os projetos/programas desenvolvidos pelos profissionais ou pesquisadores nestes espaços.

Aparecem também alguns projetos apresentados por profissionais em seus locais de trabalho; em geral, desenvolvendo projetos de prefeituras, mas em número inferior ao anteriormente citado.

Tal constatação revela o importante papel que os projetos de extensão das universidades possuem na disseminação e construção de conhecimento. Ao se ter contato com a realidade por intermédio destes projetos, os alunos e professores trazem para a arena de discussão do Serviço Social questões latentes na sociedade.

Tal movimento torna possível a reflexão sobre a relação entre a teoria e a prática, possibilitando aos futuros profissionais, a vivência e a construção teórica com base na observação real do fenômeno, do fato social. Proporciona, também, a aproximação com a

temática ambiental em diversificadas frentes, que vão desde a questão do trabalho, moradia, pobreza e movimentos sociais, até as questões mais específicas como a biopirataria.

Ao mesmo tempo, a atual reforma universitária, aliada à restrição orçamentária, corte nos gastos públicos, sucateamento do ensino e parcerias estabelecidas com instituições privadas, aponta para o perigo da transformação da instituição universitária em uma organização social ao submeter à produção acadêmica e científica aos determinismos mercantis de cunho liberal.

O reducionismo da ação criadora em uma atividade meramente executora dos ditames do mercado concorre para a destruição da autonomia e da dimensão pública da pesquisa, o que representa um risco à discussão crítica e qualificada, que pode vir a ser substituída por um discurso tendencioso e conservador, já que dependente economicamente face ao desfinanciamento das instituições públicas (IAMAMOTO, 2008).

Com base nos trabalhos pesquisados foi possível perceber a presença dessa tendência no Serviço Social face ao tema ambiental.

Os projetos socioambientais, a avaliação de impactos socioambientais e programas de sustentabilidade socioambiental mostraram a força do mercado em ditar os caminhos da pesquisa e projetos em determinado contexto histórico e econômico do qual o Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e participante das relações sociais de produção e reprodução da sociedade não pode se abster, não só em meio acadêmico, mas no mercado de trabalho em geral, no qual se encontra comprometido por meio de um contrato de trabalho aos objetivos e finalidades de sua fonte empregadora.

Esta constatação leva à reflexão sobre a atuação do assistente social no que Waldman (1998) chamou de Ecologismo de Resultados para designar “todas as práticas comprometidas com obtenção de benfeitoria ambientais”.

Ainda segundo o autor, o Ecologismo de Resultados é comprometido com a manutenção do *status quo* e visa à dissolução de questionamentos das relações de poder em torno da devastação ambiental. De acordo com Waldman (1998):

Associa-se a todas as concepções ecodesenvolvimentistas que pregam uma suposta “sustentabilidade” a ser resgatada ou estabelecida nas relações mantidas pelo capital com o meio ambiente. “Trata-se de um ecologismo “sério”, “bem-comportado”, que “traz soluções e não problemas”. É cúmplice político da redução da questão ambiental a um mero “problema técnico”, cujo gerenciamento é considerado compatível com uma perspectiva de futuro “comum” para a humanidade (p. 35).

Nesse contexto, será que o assistente social, ao ser chamado a intervir na questão ambiental, não estará justamente assumindo uma atuação relacionada ao Ecologismo de Resultados? Não estará sua prática comprometida ao assumir programas e projetos de desenvolvimento sustentável que na verdade reforçam a exploração e a desigualdade ambiental? Mas, como ultrapassar esta barreira, que se impõe não só no campo profissional, mas ideológico e político? Eis o desafio lançado aos profissionais que atuam sobre tal questão e que extrapola os limites da presente pesquisa, mas que a mesma contribui ao questionar, ao levantar como problema para reflexão.

Ao se analisar o período de maior disseminação do tema no Serviço Social, não delimitando cronologicamente, haja vista esta pesquisa se deter à análise dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, é notável o aumento de interesse pela temática na década de 90.

Esta visibilidade da temática pode ser explicada pelos eventos ocorridos no Brasil neste período dos quais se destaca a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO/92), que ocorreu no Rio de Janeiro e que causou forte impacto na produção intelectual e, conseqüentemente, no mercado editorial, despertando o interesse de especialistas de diversos campos das ciências naturais e sociais em direção à temática ambiental, “atraídos tanto pela maior facilidade de financiamento para pesquisas como pela ampla visibilidade do tema na opinião pública e nos meios de comunicação” (ALONSO; COSTA, 2000).

Foi possível constatar também, que ainda é frágil a reflexão sobre a temática ambiental do ponto de vista crítico. Em geral, há nos trabalhos certa ambigüidade na análise do tema que oscila entre o posicionamento crítico e a proposta de transformação social assumidos pelo Serviço Social em seu projeto ético-político, consubstanciados em seus instrumentos jurídicos institucionais³⁷, e a herança conservadora, revelada no discurso de adequação e conservação da ordem societária vigente, comportando certo grau de mudança, mas sem perspectiva de transformação social, visivelmente projetada pelo discurso do desenvolvimento sustentável (STHAEL, 1995).

Tal constatação não desfavorece a abordagem do tema pelo Serviço Social, antes, torna possível afirmar que se reproduziu no meio acadêmico e profissional a forma com que a questão ambiental se disseminou no cenário brasileiro, o qual segundo Alonso e Costa (2000, p. 4), trata-se de um campo de conhecimento complexo e crescente, rico em concepções e

³⁷ Código de Ética profissional, Lei que regulamenta a profissão, diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

linhas de abordagens: “A diversidade de áreas e linhas de estudo e pesquisa permite caracterizar o campo de estudos ambientais no Brasil como basicamente híbrido, tanto do ponto de vista temático como teórico”.

Mas, as discussões apontam também para uma preocupação com a historicidade da questão ambiental, sua contextualização no cenário econômico e político e sua inserção no contexto mais geral das relações sociais, principalmente, conjugando-o à questão do desenvolvimento, fazendo uma análise social e histórica da mesma.

Percebeu-se também que o debate aparece com maior fluência na região norte e nordeste (Universidade do Amazonas e Universidade de Pernambuco), regiões onde a questão ambiental se apresenta com maior vigor, o que se deve a localização geográfica³⁸, bem como a existência de grandes fontes de recursos naturais, o que leva conseqüentemente a uma maior atenção ao tema pelas universidades.

Com base na pesquisa, concluiu-se que o debate ambiental no Serviço Social possui a característica de ser discutido em suas conexões com as refrações da questão social, e que o meio acadêmico, por meio de projetos de pesquisa e extensão, é o principal lócus de disseminação e formulação de conhecimento sobre o tema.

Respondendo a pergunta que originou a presente pesquisa, constatou-se que o Serviço Social vem ao mesmo tempo construindo novos conhecimentos sobre a temática ao estender o campo de abordagens e conexões entre a questão ambiental e a questão social e, por outro lado e no mesmo movimento contraditório, vem reatualizando velhos paradigmas ao absorver o discurso do desenvolvimento sustentável e aceitar seus pressupostos de adequação da degradação ambiental a um patamar considerado aceitável, dentro dos marcos da sociedade capitalista.

Concluiu-se que o debate ambiental no Serviço Social é um caminho em construção, que suscita maiores estudos e cuja continuidade da discussão contribuirá para se estabelecer uma visão crítica que possa ultrapassar os discursos vazios e estabelecer conhecimentos mais sólidos que ajudem na construção de uma sociedade mais justa e menos nociva ao meio ambiente.

³⁸ A floresta amazônica ocupa a região Norte do Brasil, abrangendo cerca de 47% do território nacional. É a maior formação florestal do planeta, condicionada pelo clima equatorial úmido.

REFERÊNCIAS³⁹

ABESS/CEDEPESS – Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.50. São Paulo: Cortez, 1996.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental. Novas articulações entre meio ambiente e democracia.** Disponível em:

<<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=temas&tipo=temas&cd=200>>.

Acesso em: 06 set. 2009.

_____. **Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro.**

Disponível em:

<http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/desreg/seminarios/anais_sidr2004/conferencias/02.pdf>. Acesso em: 25 set. 2009.

_____. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. **Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil.** 2000. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/alonso.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Régia Cristina Barbosa de; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. Questão Agrária, meio ambiente e desenvolvimento sustentável dentro da lógica capitalista no Brasil. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

³⁹ De acordo com NBR-6023, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, agosto de 2002. Abreviaturas dos títulos dos periódicos em conformidade com o MEDLINE.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; CHAVES, Helena Lúcia Augusto; LIMA, Rosa Maria Cortês de. **A escassez de recurso hídrico e a prática educativa do serviço social:** diagnóstico sócio-econômico-ambiental do Vale do Moxotó no nordeste do Brasil. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro: Caderno de Comunicações, 2001.

ATAÍDE, Soraya Gama de. Questão social e questão ambiental: encontrando seus nexos. In: RAMOS, Maria Helena Rauta; SILVA, Adriana Ilha da (Orgs). **Desenvolvimento Local, Saúde e Meio Ambiente.** Vitória: EMESCAM, 2009.

BARROS, Adriana Lima et al. Educação sanitária e ambiental no semi-arido do Piauí: uma ação do serviço social gerando saúde e cidadania. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

BASTOS, Kárita Rachel Pedroso. Das lamentações à realização dos sonhos? Educação Ambiental e Mudanças Sociais. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

BASTOS, Valéria Pereira. Na rota do lixo: da casa ao catador, o primeiro trajeto da cadeia industrial de reciclagem. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony. **Modernização Reflexiva.** São Paulo: UNESP, 1997.

BECKER, Berta. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Idéias sustentáveis. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo (orgs). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Idéias Sustentáveis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BELO, Amanda Silva. Gestão Pública e Controle Social: limites e possibilidades no Conselho Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

BELO, Amanda Silva; LIMA, Juliana Lecker; ICASURIAGA, Gabriela. A posição do Brasil frente às discussões internacionais sobre meio ambiente. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário europeu em crise. 2ª ed. São Paulo: Bointempo, 1998. Cap. 7.

BITOUN, J. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2001. Cap. 6.

BRANCO, Rodrigo Castelo. **A Questão Social na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2006.

BRESSAN, Rodrigo Fonseca. **Serviço Social e Meio ambiente: um diálogo em construção**. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

BRUNO, Elizabeth Pentagna; FRANCO, Odila Velasquez; FIGUEIREDO, Vera Lúcia de. **Mobilização Comunitária e Educação Ambiental em Saneamento e Saúde Pública**. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

BURSZTYN, Marcel. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Idéias Sustentáveis. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo (orgs.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Idéias Sustentáveis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CABRAL, Antônio, COELHO, Leonardo (orgs). **Mundo em Transformação: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. **O mito do método**. In: Seminário de Metodologia Estatística. Rio de Janeiro: PUCRJ, Departamento de Economia, ago.1971.

CARDOSO, Maria da Paz Araújo. **A Ilha do Mosqueiro, Turismo e Meio Ambiente: O reencontro da Identidade**. In: 7º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1992, São Paulo. Caderno de Comunicações, São Paulo, 1992.

CARVALHO, Clarissa Andrade; SANTOS, Vânia Carvalho. Cuidando do Meio Ambiente, Sustentando Vidas. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; CASTRO, Ronaldo Souza de; LAYRARGUES, Philippe Pomier (orgs). **Sociedade e Meio Ambiente: A educação Ambiental em Debate**. 3ª Ed. São Paulo, Cortez, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CASTRO, Carla Yara Soares de Figueiredo. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e serviço social: uma interlocução necessária. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

CASTRO, Ramón Pena. **Novamente sobre a questão do trabalho**. Revista Trabalho Necessário (Neddate - Núcleo de Estudos, Documentação e Dados do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF) Rio de Janeiro, Maio de 2003. Disponível em <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/indice%20geral%20TN3.htm#Artigo%20tn1>>. Acesso em: 22 set. 2009.

CESCONETO, Eugênia Aparecida; BOURCKHARDT, Vandenéia. Política Ambiental e os serviços de limpeza pública urbana no município de Toledo/PR. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o Discurso Competente e Outras Falas**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Tecnologias Alternativas para o Meio Ambiente Rural: Ações Pedagógicas e sócio-políticas de Serviço Social**. In: 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1995, Salvador. Caderno de Comunicações. Salvador, 1995.

_____; **Serviço Social e Meio Ambiente: Alianças entre saberes técnicos-científicos e tradicionais na Amazônia**. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; PEREIRA, Newton Muller; RODRIGUES, Débora. **Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Ações Sócio-Educativas de Serviço Social**. In: 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998, Goiânia. Caderno de Comunicações. Goiânia, 1998.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues et al. Ações Sócio-Educativas para Cidadania em Comunidades Ribeirinhas na Amazônia. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

_____. Questões sócio-ambientais numa cidade amazônica: uma experiência interdisciplinar de Pesquisa-Ação. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “**Ecologia**” e as condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: CRÍTICA MARXISTA, v. 16. p. 1-40, São Paulo: Xamã, 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2009.

CHINCHILLA, Marcos. Gestión medio ambiental y participación social: la política social construida desde las comunidades. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

CLÁUDIO, Celina Bragança; OPDEBEECK, Lúcia. **Questão Urbana e Meio Ambiente A. I. A. de Sistema de Transporte**. In: 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998, Goiânia. Caderno de Comunicações. Goiânia, 1998.

COHEN, David. **Empresa e sociedade**: a pressão social e relações com a comunidade e o meio ambiente. Revista Exame, 2000. Disponível em: <<http://eclipsesocial.blogspot.com/2010/01/empresa-e-sociedade-pressao-social.html>>. Acesso em 20 abr. 2010.

COLITO, Maria Clementina Espiler. **Estudo dos Fundamentos dos Impactos Ambientais na Construção de Barragens na porção inferior da bacia do Rio Tibagi (PR) área de Jataizinho e Cebolão**. In: 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998, Goiânia. Caderno de Comunicações. Goiânia, 1998.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <<http://www.unep.org.br>>. Acesso em: 22 set. 2009.

7º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 1992, São Paulo. [**Anais...**] São Paulo, 1992.

8º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 1995, Salvador. [**Anais...**] Salvador, 1995.

IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 1998, Goiânia. [**Anais...**]. Goiânia: 1998.

X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 2001, Rio de Janeiro. [**Anais...**]. Rio de Janeiro. 2001.

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 2004, Fortaleza. [**Anais...**] Fortaleza. 2004. 1 CD-ROM.

XII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 2007, Foz do Iguaçu. [**Anais...**]. Foz do Iguaçu. 2007.1 CD-ROM.

COSTA, Maria Amélia Rickli; SILVA, Renata Mendes Ribeiro. O Serviço Social e as relações de pobreza e meio ambiente. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

CUNHA, Hélia Roly. **Contenção da expansão urbana nos morros de Angra dos Reis. Projeto Cinturão Verde: relato de uma experiência de assentamento popular** – relato de experiência. In: 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998, Goiânia. Caderno de Comunicações. Goiânia, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 2ª ed. São Paulo: Gaia, 1993.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras. São Paulo: NUUPAUB, 1996. Disponível em: <http://www.preac.unicamp.br/eaunicamp/arquivos/diegues_rattner.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2009.

FAES, Ivana Arquejada; RUBIÃO, Ivani Paula Nascimento. **Vidas e arte no corte da cana: meio ambiente em “meio” aos canaviais**. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Zilma Aparecida da Silva. **Amazônia: cupidez internacional e biopirataria**. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

FIGUEIREDO, Expedita Fátima Gomes de. **Cultura e organização social em comunidades ribeirinhas**. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro: Caderno de Comunicações, 2001.

FOLADORI, Guilherme Ricardo. **O Capitalismo e a crise ambiental**. Raízes - Revista de ciências sociais e econômicas, v. 19, p. 117-125, maio 1999. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_42.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2009.

_____. **A Questão Ambiental em Marx**. In: CRÍTICA MARXISTA, v. 4. p. 140-161, São Paulo: Xamã, 1997. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Foladori.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2009.

_____. **O Metabolismo com a natureza**. In: CRÍTICA MARXISTA, v. 12, p. 105-117, Rio de Janeiro: Revan, 2001. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/05folad.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2009.

_____. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Unicamp, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEHLEN, Vitória et al. **Políticas Sociais de Acesso à moradia e gestão do meio ambiente urbano: promovendo o bem-estar humano**. In: 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998, Goiânia. Caderno de Comunicações. Goiânia, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Olívia Marília Carvalho; ALMEIDA, Telma Mônica. **Viver melhor: uma semente?** In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

GONÇALVES, André de Menezes et al. Projeto de Participação Comunitária Rosalina. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

GONÇALVES, Rúbia Cristina Martins. Carrinhos da sobrevivência: a luta dos catadores de lixo em Fortaleza. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.

GROSSI, Mônica Aparecida. **Capitalismo e Questão Ambiental:** contribuições da Tradição Marxista. *Libertas*, v. 3, n. 2, p. 33-56, jul. 2009.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional crítico:** estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, v. 28, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

GUIMARÃES, Roberto P. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento.** In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs). *O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERCULANO, Selene. **Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz.** In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Ecologia, ciência e política.** Rio de Janeiro: Revan, 1992.

HIRAI, Wanda Griep. A produção de conhecimento em serviço social enfocando a agroecologia como um paradigma cooperativo na construção da segurança alimentar. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** Trajetória e desafios. Texto base da conferência inaugural do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, 12 de julho de 2004.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** 7ªed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1998.

JACOBI, Pedro Roberto. **Cidade e Meio ambiente: Percepções e Práticas em São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2000.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

KURZ, Robert. **O Colapso da modernização.** Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra Ltda., 1993.

LEIS, Héctor Ricardo; D'AMATO, José Luis. **O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial.** In: CAVALVANTI, Clovis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: um estudo para uma sociedade sustentável.* São Paulo: Cortez, 1995.

LEROY, Jean-Pierre. **Por uma reforma agrária sustentável: a primeira página do Gênesis a escrever.** In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs). *O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade.** In: *Capacitação em Serviço Social e política social. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social.* Brasília, CEAD/UnB, 1999.

LIMA, Gustavo da Costa, **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável.** *Revista Política e Trabalho*, n. 13, p. 201-222, set. 1997. Disponível em: <http://www.ufmt.br/gpea/pub/GuLima_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2009.

LINS, Ana Elisabeth Machado et al. *Escritórios de Saneamento Integrado: gestão com qualidade e controle social.* In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

_____. *Mobilização e Participação Social: pressuposto para o exercício do controle social sobre os serviços de saneamento.* In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

LOEBLIN, Elaine Lucio. *A participação da mulher na agricultura familiar sustentável: um estudo de caso junto ao grupo Nova Aliança em Mirante da Serra/RO.* In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

LOUREIRO, Carlos Frederico; CASTRO, Ronaldo Souza de, LAYRARGUES, Philippe Pomier (Orgs). **Sociedade e Meio Ambiente: A educação Ambiental em Debate**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1972.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo a Rio/92**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro.../TA398-07032006-23359.doc>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MARQUES, Maria Madalena dos Santos; FROEHLICH, José Marcos; PISONI, Estela Maris. Os Reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF)/RS- A identidade água abaixo. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro, vol. I, 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, cap. V.

MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MATTOS, Regina Coeli Clímaco et al. Situação econômica e socioambiental no processo de extração de pedras ornamentais em Pirenópolis, Goiás. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

MELO, Maria José Campos Moura et al. Educação Ambiental: significados de mudanças sócio-ambientais na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

_____. Significado do Movimento Social Urbano com viés ambientalista junto à organização social de bairro em Belém. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

MENEZES, Valéria Maria Lôbo. **A inserção da Questão Ambiental na prática profissional do Serviço Social**. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro: Caderno de Comunicações, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Um pouco da história da educação ambiental.**

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2009.

MIZIARA, Fausto; VIEIRA, Jane Eyre Gonçalves. A inclusão social dos catadores (ISC): um indicador de avaliação da gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** Revista Serviço Social e Sociedade, v. 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

OFFE, C. **Trabalho e Sociedade.** Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Perla Maria Borges de. Atuação do programa de comunicação social inserido no programa de água e saneamento de Goiânia - Barragem do Rio João Leite. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

PEREIRA, A.P. **Questão Social, Serviço Social e Direito da Cidadania.** Revista Temporalis, Distrito Federal, v. 2, n. 3, p. 51-62, jan./jun. 2001.

PEREIRA, Lucia Monica Menezes. Assistentes sociais e o meio ambiente: um espaço social de trabalho possível. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

RIBEIRO, Matilde. **Meio Ambiente, Gênero e Raça: novas e velhas faces da sustentabilidade.** In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

REIS, Maria Alice dos Santos; LOPEZ, Morcila Corado; REIS, Rosilene Maria de Cássia Maciel dos. Educação ambiental e mobilização social como principais ferramentas na criação dos Fóruns Municipais lixo & cidadania no estado do Tocantins. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

RISSE, Herta Eloá; SOSTER, Rúbia Lara Breda. Uma proposta ambiental no PSF. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...**Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

RODRIGUES, Débora Cristina. **A relação homem-natureza nas formas de uso e propriedade da terra na Amazônia:** um estudo baseado nas comunidades do assentamento Iporá. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Includente, Sustentável e Sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAID, Edward. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

SANTANA, Iara; CRISPIM, Ide Almeida. Projeto Buriti Lagoa: Participação Comunitária, Urbanização Integrada, oportunizar a população ver e ser vista. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

SANTOS, Irenilda Angela; FERREIRA, Marcos Cezar Felix. **Água e sustentabilidade ambiental no semi árido nordestino.** In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Laura Rúbia dos et al. A catação de recicláveis e a questão social: um estudo desenvolvido junto à associação de catadores de recicláveis (ACR) em Manaus/AM. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007. 1 CD ROM.

SILVA, Andréa Lima da. **A degradação sócio-ambiental da cidade do Natal:** o olhar de uma assistente social. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Paradoxos da Educação Ambiental:** notas reflexivas para o debate. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

_____. Território e territorialidade: espaços contraditórios de ação, poder e resistência. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

SILVA, Christian Luiz da Silva; MENDES, Judas Tadeu Grassi (Orgs). **Reflexões sobre Desenvolvimento Sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 2005.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000.

STAHEL, Andri Werner. **Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição em busca de alternativas sustentáveis.** In: CAVALVANTI, Clovis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: um estudo para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1995.

TEMPORALIS. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília, v. 2, n. 3, jan./jul. 2001.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VIEIRA, Jane Eyre Gonçalves. **Educação Ambiental: uma proposta de participação comunitária junto aos problemas de desenvolvimento urbano.** In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Comunicações. Rio de Janeiro, 2001.

VIEIRA, Jane Eyre Gonçalves; TAVARES, Eliana de Andrade Sarmento; NEGREIRO, Leandra V. O assistente social na perspectiva da educação ambiental: consolidando o direito à cidade. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. 1 CD ROM.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. **A pobreza do desenvolvimento no Nordeste: do Polo nordeste às políticas de combate à pobreza.** Revista Serviço Social e Sociedade, v. 28, n. 91, p. 62-85, set. 2007.

VIOLA, Eduardo. **O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil.** 2003. Disponível em: <[http:// www.arvore.com.br](http://www.arvore.com.br). >. Acesso em: 17 set. 2009.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.) **Desigualdade e a Questão Social.** São Paulo: Educ, 2008. p. 55-166.

WOLFE, Marshal. **Desenvolvimento para que e para quem: indagações sobre política social e realidade político-social.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico.
São Paulo: Boitempo, 2003.